



ESFORÇO DEDICAÇÃO DEVOÇÃO E GLÓRIA

JORNAL

SPORTING

**SUPLEMENTO
ASSEMBLEIA-GERAL 17/02/18**

FAZ PARTE INTEGRAL DA EDIÇÃO 3662 DO JORNAL SPORTING
E NÃO PODE SER VENDIDO EM SEPARADO

FOTO CÉSAR SANTOS

Convocatória e Propostas à Assembleia-Geral do Sporting Clube de Portugal

17 de Fevereiro de 2018



SPORTING CLUBE DE PORTUGAL

Convocatória ASSEMBLEIA-GERAL

Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 44.º e 51.º número 1 alínea b) dos Estatutos do Sporting Clube de Portugal, convoco a Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal, para reunir extraordinariamente, no dia 17 de Fevereiro de 2018, pelas 14:00 horas, no Pavilhão João Rocha.

Nos termos do artigo 52.º número 2 dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, em primeira convocatória, às referidas 14:00 horas do dia 17 de Fevereiro de 2018, caso se encontre presente a maioria absoluta dos sócios com direito de voto. Caso tal presença não se verifique e de harmonia com a mesma disposição estatutária, a Assembleia fica desde já convocada, para as 14:30 horas do referido dia, reunindo nessa altura independentemente do número de sócios presentes.

De harmonia com o estabelecido nos artigos 20.º número 1 alínea a) e números 2, 4 a 10, artigo 42.º dos Estatutos, bem como no previsto no artigo 5.º do Regulamento da Assembleia Geral, podem estar presentes todos os sócios no gozo dos seus direitos, com o pagamento da quota relativa ao mês de Janeiro de 2018. Poderão, porém, participar nos debates e votar, apenas os admitidos como sócios do Clube há pelo menos doze meses ininterruptos e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioridade. Para efeitos de credenciação, os sócios deverão apresentar, juntamente com o cartão de sócio, um documento de identificação que possua fotografia identificável.

Nos termos do disposto nos artigos 5º número 3, 24º e 42º n.º 2 do Regulamento da Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal, a Mesa da Assembleia Geral decidirá sobre a possibilidade do voto ser exercido, presencialmente, à distância.

A Assembleia Geral terá a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um - Deliberar, nos termos do artigo 43.º, número 1, alínea a), dos Estatutos, sobre a aprovação da alteração aos Estatutos do Clube, nos termos da proposta em anexo, que faz parte integrante da presente convocatória.

Ponto dois - Deliberar sobre a aprovação de Regulamento Disciplinar do Clube, nos termos da proposta em anexo, que faz parte integrante da presente convocatória.

Ponto três - Deliberar sobre a continuidade do mandato dos actuais Órgãos Sociais.

As propostas apresentadas no âmbito dos pontos da Ordem de Trabalhos serão divulgadas nos termos previstos nos Estatutos do Clube e no Regulamento da Mesa da Assembleia Geral, e estarão à disposição dos sócios, para consulta, no Centro de Atendimento, sito no Piso 1 da Loja Verde, Pavilhão João Rocha, durante as horas de expediente a partir do oitavo dia anterior à data designada para a realização da Assembleia Geral ora convocada.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Mesa da ASSEMBLEIA-GERAL

Jaime Marta Soares

Comendador

Propostas à Assembleia-Geral do Sporting Clube de Portugal de 17 de Fevereiro de 2018

As alterações aos estatutos que venham a ser aprovadas na Assembleia-Geral de 17 de Fevereiro de 2018 entram em vigor na data da outorga da respectiva escritura pública, com excepção das disposições estatutárias relativas à composição, funções e eleição dos órgãos sociais, que entrarão em vigor no próximo acto eleitoral

ASSEMBLEIA GERAL DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL

17 de fevereiro de 2018

Ponto 1 da Ordem de Trabalhos

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PARCIAL DOS ESTATUTOS DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL

Capítulo I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, ÂMBITO, SEDE, FINS E MEIOS

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 1º

(Denominação)

O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, fundado em um de Julho de mil novecentos e seis, rege-se pelos presentes estatutos, respectivos regulamentos e legislação aplicável.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 2º

(Natureza)

O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL é um clube desportivo, constituído como pessoa colectiva de direito privado e declarado de utilidade pública pelo seu contributo em prol do desporto, sendo vedadas, na sua actividade e nas suas instalações, manifestações de natureza político-partidária e de proselitismo religioso.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 3º

(Âmbito)

1 - O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL é uma unidade indivisível constituída pela totalidade dos seus associados que, nos termos dos presentes estatutos, se podem congregam em Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações, tanto no território nacional como no estrangeiro.

2 - NO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL não se fará distinção de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social, sendo únicos critérios de qualificação dos sócios a respectiva antiguidade, os galardões atribuídos e a contribuição que derem ao Clube.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 3º

(Âmbito)

1 -

2 - NO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL **não se faz fará** distinção de ascendência, **sexo, género**, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social, sendo únicos critérios de qualificação dos sócios a respectiva antiguidade, os galardões atribuídos e a contribuição que derem ao Clube.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 4º

(Sede)

1 - O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL tem a sua sede em Lisboa, mas as instalações desportivas poderão situar-se noutros locais.

2 - Em homenagem ao fundador do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, o principal campo de jogos designa-se “Estádio José Alvalade”.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 4º

(Sede)

1 - O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL tem a sua sede em Lisboa, mas as instalações desportivas **podem poderão** situar-se noutros locais.

2 - Em homenagem ao fundador do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, o principal campo de jogos designa-se “Estádio José Alvalade”.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 5º

(Fins)

O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL tem como fins a educação física, o fomento e a prática do desporto, tanto na vertente da recreação como na de rendimento, as actividades culturais e quanto, nesse âmbito, possa concorrer para o engrandecimento do desporto e do País.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 6º

(Meios)

1 - Com o objectivo de realização dos fins consignados no artigo anterior e de obter meios destinados à prossecução dos mesmos, o SPORTING CLUBE DE PORTUGAL pode fazer quanto seja adequado e permitido por lei, em benefício da actividade desportiva geral do Clube e em particular do futebol, designadamente:

- a) promover, relativamente às suas equipas que participem em competições desportivas de natureza profissional, a constituição de sociedades desportivas e nelas participar;
- b) exercer actividades comerciais sem incidência directamente desportiva;
- c) participar em sociedades comerciais de responsabilidade limitada, ainda que reguladas por leis especiais;
- d) tomar quaisquer outras participações, mesmo estáveis, e entrar em quaisquer associações com fins económicos, designadamente associações em participação ou consórcios;
- e) apoiar e participar em quaisquer outras iniciativas e empreendimentos de carácter financeiro, incluindo jogos de fortuna ou azar de que tenha concessão oficial, nomeadamente o jogo do bingo;
- f) criar e dotar fundações.

2 - Sem prejuízo das competências atribuídas por estes estatutos a outros órgãos, designadamente ao Conselho Directivo, o Clube só poderá tomar qualquer das iniciativas previstas no número anterior com base em deliberação favorável da Assembleia Geral, salvo quando estiverem em causa meras aplicações financeiras.

3 - Depende ainda de autorização ou aprovação da Assembleia Geral a alienação ou oneração de participações em sociedades, excepto se tiverem a natureza de meras aplicações financeiras.

4 - No caso das sociedades anónimas desportivas, depende ainda da autorização ou aprovação da Assembleia Geral o sentido de voto unânime das acções de categoria A ou o exercício do direito de veto nas deliberações que respeitem a alienação ou oneração, a qualquer título, de bens que integrem o património imobiliário daquelas sociedades desportivas.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

CAPÍTULO II

SÍMBOLOS DO CLUBE

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 7º

(Símbolos do clube)

Os símbolos tradicionais do Clube são as cores verde e branca e o leão, significando este a força, destreza e lealdade, que devem constituir apanágio de toda a actuação do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 8º

(Estandarte)

O standarte do Clube é de pano de seda verde, de

forma rectangular, tendo ao centro o leão semicirculado pelas iniciais SCP, tudo bordado a prata.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 9º

(Bandeira)

1 - A bandeira do Clube é de modelo idêntico ao do standarte, com o fundo em tecido de cor verde e aplicações, em tecido de cor branca, do símbolo e das iniciais referidas no artigo anterior.

2 - Para as diferentes secções serão adoptados guiões triangulares de fundo verde com os distintivos respectivos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 9º

(Bandeira)

...

2 — Para as diferentes secções serão adoptados guiões triangulares de fundo verde com os distintivos respectivos.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 10º

(Equipamento)

O equipamento a envergar pelos atletas deve adoptar, em princípio, as cores tradicionais do Clube.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 11º

(Distintivo)

O distintivo dos equipamentos é de pano verde, cortado em oval, orlado a branco ou a preto, consoante as imposições do equipamento adoptado, tendo ao centro o leão simbólico e as iniciais em branco, e é usado do lado esquerdo do peito em todos os equipamentos que o permitam, podendo os demais alterar a colocação de acordo com a sua especial configuração, sempre obedecendo às opções tradicionais.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 12º

(Emblema)

O emblema do Clube tem a forma de escudo, de campo verde, com leão em relevo ao centro e as iniciais em coroa.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 13º

(Sociedades desportivas: Denominação e símbolos)

As sociedades desportivas promovidas pelo Clube devem adoptar a denominação SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, acrescida das especificações que, nos termos legais, identifiquem a sociedade e o seu objecto; e devem ainda adoptar o standarte, bandeira, equipamento, emblema, e respectivo distintivo mencionados nos artigos precedentes, sem prejuízo das especificações previstas na lei e destinadas a identificar a sociedade e o seu objecto.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

CAPÍTULO III

SÓCIOS DO CLUBE

SECÇÃO I - Admissão e Classificação

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 14º

(Admissão de sócios)

1 - Podem adquirir a qualidade de sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL as pessoas singulares que hajam sido propostas e satisfaçam os condicionalismos prescritos nestes estatutos.

2 - Não podem ser admitidas como sócios as pessoas singulares que tenham contribuído, por comportamentos considerados indignos, para o desprestígio de qualquer instituição desportiva, cultural ou recreativa ou às quais, pelo seu comportamento, não seja reconhecida idoneidade para serem sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

3 - Às pessoas colectivas apenas poderão ser atribuídos os galardões de sócio honorário, sócio benemérito e sócio de mérito, nos termos dos presentes estatutos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 14º

(Admissão de sócios)

1 - ...

2 - ...

3 - Às pessoas colectivas apenas **poderão podem** ser atribuídos os galardões de sócio honorário, sócio benemérito e sócio de mérito, nos termos dos presentes estatutos.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 15º

(Categorias de sócios)

1 - Os sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL repartem-se pelas seguintes categorias:

- a) Sócios Efectivos;
- b) Sócios Auxiliares;
- c) Sócios Atletas.

2 - É admitida a criação, pela Assembleia Geral, de outras categorias de sócios, com especificação dos seus direitos e deveres

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 16º

(Sócios efectivos)

1 - São sócios efectivos os cidadãos que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioridade.

2 - Os sócios efectivos integram, de modo permanente e directo, a vida do Clube, contribuindo, designadamente, para a sua manutenção e desenvolvimento.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 17º

(Sócios auxiliares)

1 - São sócios auxiliares os que, por virtude de menor escalão etário ou relação de parentesco não usufruem da plenitude dos direitos previstos nos presentes estatutos e beneficiam da correlativa redução dos seus deveres.

2 - A categoria de sócios auxiliares abrange as seguintes subcategorias:

- a) Familiares - os que, sendo descendentes ou sobrinhos de sócios, sejam inscritos até aos 6 anos de idade, e que beneficiarão do pagamento facultativo de quota, passando, automaticamente, logo que perçam seis anos de idade, à subcategoria de infantil, e ficando sujeitos à respectiva quota;
 - b) Infantis - os de idade inferior a doze anos, não incluídos na alínea anterior, e os referidos nessa alínea quando perçam seis anos de idade;
 - c) Juvenis - os de idade compreendida entre os doze e dezassete anos, inclusive,
- 3 - A alteração de subcategoria de sócio auxiliar opera automaticamente, em razão da idade atingida.

4 - Os sócios auxiliares que passem a sócios efectivos gozarão dos direitos inerentes a esta categoria, nos termos dos presentes estatutos, e mantêm a antiguidade.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 17º

(Sócios auxiliares)

1 - ...

2 - ...

a)...

PROPOSTAS À ASSEMBLEIA-GERAL DE 17 DE FEVEREIRO DE 2018

b)...

c)...

3 - ...

4 - Os sócios auxiliares que passem a sócios efectivos **gozam gozarão** dos direitos inerentes a esta categoria, nos termos dos presentes estatutos, e mantêm a antiguidade.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 18º

(Sócios atletas)

São sócios atletas os sócios efectivos ou auxiliares que representam ou representaram o SPORTING CLUBE DE PORTUGAL em competições oficiais e que como tais hajam, a seu pedido, sido admitidos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 19º

(Numeração de sócios)

1 - Compete ao Conselho Directivo deliberar sobre a admissão de novos sócios e regulamentar tudo o que se torne necessário para dar execução à disposições desta secção dos estatutos.

2 - No caso de falecimento de sócio, poderá quem nisso tiver interesse moral requerer a manutenção, a título simbólico, da inscrição do falecido, continuando a pagar as quotas respectivas; em tal caso, manter-se-á o número de inscrição que vigorava à data do falecimento, com a indicação de que respeita ao falecido e sem prejuízo da atribuição do mesmo número a sócio vivo.

3 - A numeração dos sócios será actualizada nos anos terminados em zero e cinco, com a correlativa substituição dos cartões de sócio.

4 - A actualização dos sócios um a dez será, porém, automática, após a vacatura.

5 - Não será atribuído o número três de sócio, que se manterá sempre referido à memória de Francisco Stromp.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 19º

(Numeração de sócios)

1 - ...

2 - ...

3 - A numeração dos sócios **é será** actualizada nos anos terminados em zero e cinco, com a correlativa substituição dos cartões de sócio.

4 - A actualização dos sócios **de** um a dez **é será**, porém, automática, após a vacatura.

5 - Não **é passível de atribuição será atribuído** o número três de sócio, que se manterá sempre referido à memória de Francisco Stromp.

SECÇÃO II - Direitos e Deveres dos Sócios

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 20º

(Direitos dos sócios)

1 - São direitos dos sócios:

- a) participar nas Assembleias Gerais do Clube, apresentar propostas, intervir na discussão e votar;
 - b) ser eleito para órgãos sociais;
 - c) requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos dos presentes estatutos;
 - d) examinar, nos termos estatutários, os livros, contas e demais documentos, nos oito dias anteriores à data estabelecida para a Assembleia Geral respectiva;
 - e) propor a admissão de sócios e recorrer, para a Assembleia Geral, das deliberações do Conselho Directivo que tenham rejeitado a proposta;
 - f) solicitar por escrito aos órgãos sociais informações e esclarecimentos e apresentar sugestões úteis para o Clube;
 - g) requerer ao Conselho Directivo a suspensão do pagamento de quotas, com fundamento em motivos devidamente justificados;
 - h) receber e usar as distinções honoríficas e os galardões previstos nestes estatutos;
 - i) pedir a exoneração de sócio;
 - j) frequentar as instalações sociais e desportivas, bem como utilizar-se delas em harmonia com os regulamentos internos e as prescrições directivas.
- 2 - Os direitos de participar nas Assembleias Gerais do Clube, apresentar propostas, intervir na discussão e votar, requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, examinar os livros, contas e demais documentos, com excepção da mera presença nas Assembleias Gerais, respeitam apenas aos sócios efectivos admitidos como sócios do Clube há pelo menos doze meses ininterruptos e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioria.
- 3 - O direito de ser eleito para cargos sociais per-

tence exclusivamente aos sócios efectivos integrados no escalão base de quota (adiante designados por sócios efectivos A) com pelo menos cinco anos de inscrição ininterrupta na categoria e que nos últimos cinco anos anteriores à data da eleição, pelo menos, tenham pago ininterruptamente as quotas de valor máximo do escalão de base, sem prejuízo de requisitos especiais de maior antiguidade que sejam consignados nos presentes estatutos.

4 - Os sócios efectivos A têm, nos termos dos presentes estatutos, direito a 2 votos a partir do momento em completem doze meses ininterruptos como sócios do Clube e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioria, e a mais um voto por cada cinco de inscrição ininterrupta no escalão A, para efeitos de votação nas Assembleias Gerais, de requerimento da sua convocação e de propositura de candidaturas..

5 - Os escalões de quotas de sócios efectivos, inferiores ao escalão A, são os seguintes:

a) Escalão de quota sócio efectivo B: escalão cuja quota corresponde a metade do valor da quota paga pelos sócios efectivos A, e que lhes confere o direito a 1 voto a partir do momento em completem doze meses ininterruptos como sócios do Clube e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioria, e a mais 1 voto por cada dez anos de inscrição ininterrupta neste escalão, para efeitos de votação nas Assembleias Gerais, de requerimento da sua convocação e de propositura de candidaturas;

b) Escalão de quota sócio efectivo C: escalão cuja quota corresponde a um terço do valor da quota paga pelos sócios efectivos A, e que lhes confere o direito a 1 voto a partir do momento em completem quarenta e oito meses ininterruptos como sócios do Clube e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioria, e a mais 1 voto por cada dez anos de inscrição ininterrupta neste escalão, para efeitos de votação nas Assembleias Gerais, de requerimento da sua convocação e de propositura de candidaturas;

c) Escalão de quota sócio efectivo D: escalão cuja quota corresponde a um sexto do valor da quota paga pelos sócios efectivos A, e que lhes confere o direito a 1 voto a partir do momento em completem noventa e seis meses ininterruptos como sócios do Clube e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioria, e a mais 1 voto por cada vinte anos de inscrição ininterrupta no escalão D, para efeitos de votação nas Assembleias Gerais, de requerimento da sua convocação e de propositura de candidaturas.

6 - Os sócios não poderão livremente optar por integrar os escalões de quota de sócio efectivo C e D, descritos no número anterior, ficando o acesso aos mesmos, e respectiva manutenção, condicionados à verificação dos respectivos pressupostos, fixados pelo Conselho Directivo.

7 - Os sócios efectivos que optem, podendo, e integrem um dos escalões inferiores àquele em que estavam perderão a totalidade do número de votos correspondentes à sua antiguidade e escalão, ficando a partir daí sujeitos ao regime previsto no escalão por que optarem.

8 - Em excepção ao número anterior, nos casos seguintes, os sócios efectivos que optem e possam ser integrados num dos escalões inferiores àquele em que estavam, perdendo embora o número de votos a que teriam direito no escalão de origem, manterão o número de anos de antiguidade para efeitos de contagem de votos, sendo o número de votos recalculado no âmbito do novo escalão:

- a) Sócios que sejam desempregados de longa duração;
 - b) Sócios efectivos com mais de 30 anos de idade que auferiram rendimentos mensais inferiores a dois terços do IAS (Indexante dos Apoios Sociais);
 - c) Sócios reformados, nos termos do artigo 22º nº 5 dos estatutos, que não tenham pago nos últimos 50 anos o valor máximo do escalão base da quota de forma ininterrupta e que, podendo, optem por integrar um escalão inferior.
- 9 - O direito de o sócio manter no escalão inferior o número de anos de antiguidade para efeitos de contagem de votos é, em qualquer caso, condicionado a que o sócio requeira a mudança de escalão e comprove o cumprimento dos pressupostos para tanto no momento do requerimento, cabendo-lhe ademais apresentar semestralmente os comprovativos da manutenção da respectiva situação, sob pena da perda do referido direito.
- 10 - Dentro dos 4 anos seguintes à alteração do escalão, e por uma só vez, será admitido ao sócio

que integrou um escalão inferior, a possibilidade de recuperar o respectivo número de votos correspondentes à sua antiguidade e escalão de origem, em condições especiais, a fixar pelo Conselho Directivo; após os aludidos 4 anos, a recuperação apenas será possível, por uma só vez, mediante o pagamento integral das quotas que seriam devidas no escalão de origem em que estava integrado, deduzidos dos montantes efectivamente pagos no escalão inferior.

11 - O regresso ao escalão de origem é ainda possível, sem que o sócio pague o valor das quotas que seria devido neste durante o período em que esteve inserido no escalão inferior, mas manterá nessa circunstância o número de votos referente ao escalão inferior.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 20º

(Direitos dos sócios)

1 - São direitos dos sócios:

a)...

b)...

c)...

d)...

e)...

f)...

g)...

h)...

i)...

j)...

i) [NOVO] examinar, nos oito dias anteriores à data estabelecida para a Assembleia Geral, as propostas de deliberação apresentadas no âmbito dos pontos da respectiva Ordem de Trabalhos.

2 - ...

3 - ...

4 - ...

5 - ...

a)...

b)...

c)...

6 - Os sócios não **podem poderão** livremente optar por integrar os escalões de quota de sócio efectivo C e D, descritos no número anterior, ficando o acesso aos mesmos, e respectiva manutenção, condicionados à verificação dos respectivos pressupostos, fixados pelo Conselho Directivo.

7 - ...

8 - Em excepção ao número anterior, nos casos seguintes, os sócios efectivos que optem e possam ser integrados num dos escalões inferiores àquele em que estavam, perdendo embora o número de votos a que teriam direito no escalão de origem, **mantêm manterão** o número de anos de antiguidade para efeitos de contagem de votos, sendo o número de votos recalculado no âmbito do novo escalão:

a)...

b)...

c)...

9 - ...

10 - ...

11 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 21º

(Deveres dos sócios)

Os sócios têm por deveres:

- a) honrar o Clube e defender o seu nome e prestígio;
- b) pagar as quotas ou outras contribuições que lhes sejam exigíveis nos termos estatutários;
- c) cumprir pontualmente as disposições dos estatutos e regulamentos do Clube e acatar as deliberações dos órgãos sociais e as decisões dos dirigentes;
- d) congregar-se exclusivamente nos termos e condições estabelecidos nos presentes estatutos;
- e) aceitar o exercício dos cargos para que sejam eleitos ou nomeados e exercê-los com exemplar conduta moral e cívica e em conformidade com a orientação definida pelos órgãos sociais do Clube;
- f) zelar pela coesão interna do Clube;
- g) manter impecável comportamento moral e disciplinar de forma a não prejudicar os legítimos interesses do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, nomeadamente defendendo e zelando pelo património do Clube;
- h) manter, até a Assembleia Geral respectiva, a confidencialidade das informações obtidas através do exame aos livros, contas e demais documentos, respeitando, em qualquer caso, a honra do clube, o seu nome e prestígio, bem como a sua coesão interna;
- i) comunicar ao Conselho Directivo no prazo máximo de sessenta dias a mudança de residência.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 21º

(Deveres dos sócios)

1. Os sócios têm por **deveres**:

a)...

b)...

c)...

d)...

e) aceitar o exercício dos cargos para que sejam eleitos ou nomeados e exercê-los com exemplar conduta moral e cívica e em conformidade com a orientação definida pelos órgãos sociais do Clube, **mantendo a confidencialidade de todos os assuntos de que tenha conhecimento no exercício de tais cargos, contribuindo para a solidariedade entre os órgãos sociais e para a coesão interna do Clube;**

f) ...

g) ...

h) manter, até a Assembleia Geral respectiva, a confidencialidade das informações obtidas através do exame aos livros, contas e demais documentos, respeitando, em qualquer caso, a honra do clube, o seu nome e prestígio, **bem como a sua coesão interna, bem como manter a confidencialidade de todos os assuntos relacionados com a vida do Clube de que tome conhecimento, designadamente os que são discutidos na Assembleia Geral, com excepção das pessoas devidamente autorizadas para o efeito e da informação que seja do domínio público;**

i) comunicar ao Conselho Directivo no prazo máximo de sessenta trinta dias a mudança dos seus dados pessoais, nomeadamente residência, telefone e endereço de correio electrónico. Qualquer sócio se considera notificado de todas as comunicações que lhe sejam remetidas por via electrónica e/ou por via postal com registo simples, no prazo de 30 dias a contar da sua expedição, sem prejuízo das regras aplicáveis quanto ao envio postal com aviso de receção;

j) [NOVO] colaborar solicitado, depondo ou prestando declarações, com respeito pela verdade em matéria de litígios, inquéritos ou processos disciplinares promovidos pelo Clube;

k) [NOVO] dar conhecimento ao Conselho Directivo do exercício de quaisquer cargos sociais, incluindo a mera participação em listas eleitorais para os mesmos, em outras colectividades desportivas, bem como do exercício de funções de representação de outras colectividades desportivas, associações ou federações desportivas a que pertençam.

2. [NOVO] Os membros das entidades que, nos termos do art. 61º integrem a Família Leonina, estão obrigados a cumprir, integralmente, os estatutos do Clube e bem assim os regulamentos, acordos ou protocolos que venham a celebrar com o Clube ao abrigo do n.º 9 do artigo 61º.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 22º

(Quotizações)

- 1 - As quantias e demais condições a satisfazer pelos sócios serão fixadas pelo Conselho Directivo, com referência ao salário mínimo nacional.
- 2 - O valor máximo da quota do escalão base de sócio efectivo é fixado em dois e meio por cento do salário mínimo nacional.
- 3 - Poderão existir vários escalões de quotas, cabendo aos sócios escolher o escalão em que se querem integrar; contudo cumpiram os requisitos para tanto; ao pagamento de diferentes quotas poderão corresponder diversos benefícios materiais, mas não diversidade de direitos, salvo o estabelecido quanto à possibilidade de ser eleito para os órgãos sociais, quanto ao número de votos e à contagem da antiguidade, nos termos do artigo 20º dos presentes estatutos.

4 - O Conselho Directivo poderá, em cada ano, estabelecer períodos de isenção de jóia, , proceder à redução ou isenção temporária dos montantes das quotas e, bem assim, criar diferentes escalões de quotas no âmbito das actuais categorias de sócios.

5 - Os sócios que, à data do requerimento, tenham pago de forma ininterrupta o valor máximo da quota do escalão base nos últimos cinquenta anos, que, comprovadamente, estejam reformados da sua actividade profissional e cujo rendimento não exceda um montante a fixar anualmente pelo Conselho Directivo, podem ficar isentos do pagamento, total ou parcial, da respectiva quota; cabendo ao Conselho Directivo a apreciação dos pedidos e a decisão final sobre a atribuição da isenção.

6 – As quotas mensais consideram-se vencidas no primeiro dia do mês a que respeitam e devem ser liquidadas no decurso do mesmo.

7 - Os sócios que tenham deixado de cumprir os deveres de pagamento de quotas, poderão recuperar a plenitude da sua condição de sócios, nomeadamente quanto à antiguidade e número de votos, mantendo, sem prejuízo da posição de outros sócios, o número que lhes competia se tivessem mantido o cumprimento daqueles deveres, desde que, simultaneamente, paguem a totalidade das quotas em atraso, ou, não as pagando, perderão a ponderação de votos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 22º
(Quotizações)

1 - ...

2 - ...

3 - **Podem Poderão** existir vários escalões de quotas, cabendo aos sócios escolher o escalão em que se querem integrar; contanto cumpram os requisitos para tanto; ao pagamento de diferentes quotas poderão corresponder diversos benefícios materiais, mas não diversidade de direitos, salvo o estabelecido quanto à possibilidade de ser eleito para os órgãos sociais, quanto ao número de votos e à contagem da antiguidade, nos termos do artigo 20º dos presentes estatutos.

4 - O Conselho Directivo **pode poderá**, em cada ano, estabelecer períodos de isenção de jóia, , proceder à redução ou isenção temporária dos montantes das quotas e, bem assim, criar diferentes escalões de quotas no âmbito das actuais categorias de sócios.

5 - ...

6 - ...

7 - Os sócios que tenham deixado de cumprir os deveres de pagamento de quotas, **podem poderão** recuperar a plenitude da sua condição de sócios, nomeadamente quanto à antiguidade e número de votos, mantendo, sem prejuízo da posição de outros sócios, o número que lhes competia se tivessem mantido o cumprimento daqueles deveres, desde que, simultaneamente, paguem a totalidade das quotas em atraso, ou, não as pagando, perderão a ponderação de votos.

SECCÇÃO III - Distinções Honoríficas e Galardões

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 23º
(Distinções honoríficas)

1 - Com o objectivo de premiar ou distinguir os serviços excepcionais, a dedicação e o mérito associativo ou a contribuição para o engrandecimento do Clube, são instituídas as seguintes distinções honoríficas:

- a) Leão de Ouro com Palma;
- b) Leão de Ouro;
- c) Leão de Prata;
- d) Medalha de Mérito e Dedicação;
- e) Emblema Especial.

2 - A atribuição das distinções honoríficas “Leão de Ouro com Palma”, “Leão de Ouro” e “Leão de Prata” é da competência da Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Directivo ou de duzentos e cinquenta sócios efectivos com mais de dez anos de inscrição.

3 - As propostas relativas à atribuição das distinções mencionadas no número anterior serão objecto de votação secreta na reunião da Assembleia Geral em que forem apreciadas, salvo se a Assembleia decidir em sentido contrário.

4 - A atribuição das distinções honoríficas “Medalha de Mérito e Dedicação” e “Emblema Especial” é da competência do Conselho Directivo e obedece ao regime seguinte:

- a) a Medalha de Mérito e Dedicação distinguirá os sócios que hajam demonstrado exemplar devotamento ao Clube;
- b) o Emblema Especial, circundado por uma coroa de louros, será atribuído respectivamente:
 - de prata, aos sócios com vinte e cinco anos de inscrição ininterrupta;
 - de prata dourada, aos sócios com cinquenta anos de inscrição ininterrupta;
 - de prata dourada com brilhante, aos sócios com setenta e cinco anos de inscrição ininterrupta;
 - de ouro com brilhante, aos sócios com cem anos de inscrição ininterrupta.

5 - O Conselho Directivo definirá em regulamento, sob parecer favorável do Conselho Leonino, as condições específicas a que deve obedecer a atribuição das distinções honoríficas e as normas

das suas características técnicas, bem como os modelos dos diplomas dos galardões.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 23º
(Distinções honoríficas)

1 - ...

2 - ...

3 - As propostas relativas à atribuição das distinções mencionadas no número anterior **são serão** objecto de votação secreta na reunião da Assembleia Geral em que forem apreciadas, salvo se a Assembleia decidir em sentido contrário.

4 - A atribuição das distinções honoríficas “Medalha de Mérito e Dedicação” e “Emblema Especial” é da competência do Conselho Directivo e obedece ao regime seguinte:

- a) a Medalha de Mérito e Dedicação **distingue distinguirá** os sócios que hajam demonstrado exemplar devotamento ao Clube;
- b) o Emblema Especial, circundado por uma coroa de louros, **é será** atribuído respectivamente:
- 5 - Conselho Directivo **define definirá** em regulamento, **sob parecer favorável do Conselho Leonino**, as condições específicas a que deve obedecer a atribuição das distinções honoríficas e as normas das suas características técnicas, bem como os modelos dos diplomas dos galardões.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 24º
(Galardões)

1 - Além das distinções honoríficas referidas no Artigo anterior, poderão ser atribuídos galardões de sócio honorário, sócio benemérito e sócio de mérito.

2- A atribuição a associados do Clube do Leão de Ouro com Palma confere, simultaneamente, o diploma de sócio honorário e a atribuição do Leão de Ouro o diploma de sócio de mérito.

3 - São sócios beneméritos os que, por motivo diverso dos que determinaram a atribuição de outros galardões, nomeadamente por dádivas ou outras ajudas materiais, se hajam tornado credores do reconhecimento do Clube.

4 - Os diplomas de sócio honorário, de sócio benemérito e de sócio de mérito poderão também ser concedidos a pessoas individuais e colectivas, estranhas ao clube, em reconhecimento da sua idoneidade e pelos relevantes serviços prestados ao SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 24º
(Galardões)

1 - Além das distinções honoríficas referidas no Artigo anterior, **podem poderão** ser atribuídos galardões de sócio honorário, sócio benemérito e sócio de mérito.

2- ...

3 - ...

4 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 25º
(Prémios e Galardões Honoris Sporting)

1 - Os Prémios e Galardões Honoris Sporting destinam-se a reconhecer anualmente o mérito dos atletas, individualmente, e de equipas e ainda pessoas ou entidades, que pela sua contribuição para a difusão e prestígio do Sporting Clube de Portugal, mereçam ser, publicamente, distinguidos.

2 - A concessão dos “Prémios Honoris Sporting” é anual sendo efectuada pelo Conselho Directivo e por votação dos associados, nas condições que o Regulamento elaborado pelo Conselho Directivo define.

3 - A entrega dos Prémios e Galardões “Honoris Sporting” é efectuada, anualmente, no decurso da realização da “Gala Honoris Sporting”, a ter lugar preferencialmente no dia do aniversário do Clube, a 1 de Julho, de cada ano.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 26º
(Atribuição de distinções e galardões)

1 - A atribuição e entrega de cada distinção ou galardão será acompanhada de uma fundamentação dos motivos determinantes da escolha.

2 - As distinções e galardões podem ser atribuídos a título póstumo.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 26º
(Atribuição de distinções e galardões)

1 - A atribuição e entrega de cada distinção ou galardão **é será** acompanhada de uma fundamentação dos motivos determinantes da escolha.

2 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 27º
(Distinções Nominativas)

1 - Em locais adequados no Estádio José Alvalade, ou noutras instalações do Clube, serão inscritos os nomes das figuras representativas do Clube que, por serviços distintos, sejam merecedoras de tal consideração, aprovada em Assembleia Geral.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 27º
(Distinções Nominativas)

1 - Em locais adequados no Estádio José Alvalade, ou noutras instalações do Clube, **podem ser serão** inscritos os nomes das figuras representativas do Clube que, por serviços distintos, sejam merecedoras de tal consideração, aprovada em Assembleia Geral.

SECÇÃO IV - Sanções Disciplinares

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 28º
(Sanções disciplinares)

1- São punidos disciplinarmente os sócios que cometam alguma das seguintes infracções:

- a) desrespeitar os estatutos, regulamentos internos do Clube e deliberações dos órgãos sociais;
- b) injuriar, difamar e ofender os órgãos sociais do Clube ou qualquer dos seus membros, durante ou por causa do exercício das suas funções;
- c) proferir expressões ou cometer actos, dentro ou fora das instalações do Clube, ofensivos da moral pública;
- d) atentar contra, prejudicar ou por qualquer outra forma impedir o normal e legítimo exercício de funções dos órgãos sociais do Clube.

2 - As sanções aplicáveis, em conformidade com a gravidade da falta, são as seguintes:

- a) admoestação;
- b) repreensão registada;
- c) suspensão;
- d) expulsão.

3 - As sanções deverão ser especialmente agravadas quando as infracções tenham sido praticadas por membros dos órgãos sociais em exercício de funções, implicando para o infractor, em caso de expulsão ou suspensão por período superior a sessenta dias, a perda do mandato, sem prejuízo do recurso para a Assembleia Geral previsto nos termos dos presentes estatutos.

4 - Compete ao Conselho Fiscal e Disciplinar a instauração e organização de qualquer processo disciplinar, bem como a deliberação quanto à sanção a aplicar, devendo para o efeito ter em conta o disposto nos presentes estatutos, nos regulamentos internos em vigor e na legislação vigente aplicável; nenhuma deliberação sobre aplicação de sanção poderá ser tomada sem que o arguido tenha sido ouvido.

5 - Da aplicação das sanções de “suspensão” e “expulsão” cabe recurso para a Assembleia Geral, com efeito meramente devolutivo naquele e com efeito suspensivo neste, a interpor no prazo de trinta dias úteis, contado da data da notificação da sanção que foi aplicada.

6 - A suspensão não pode exceder o prazo de um ano.

7 - A exclusão de sócio, pelo motivo de não ter pago quotas por um período superior a seis meses, e de não ter da sua atitude dado conhecimento por escrito ao Clube, não constitui sanção disciplinar, mas mero ato administrativo que se insere na competência genérica do Conselho Directivo.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 28º
(Infracções e Sanções disciplinares)

1 - **[NOVO] Constitui infracção disciplinar o comportamento do Sócio, por acção ou omissão, doloso ou negligente, que viole qualquer dever geral, especial ou funcional ligado ao seu estatuto de sócio ou de membro de órgão social do SCP ou de outra pessoa coletiva para a qual tenha sido designado ou eleito pelo SCP ou na qual exerça funções de representação do SCP ou de membro de qualquer das entidades que integrem a Família Leonina.**

2 - **[NOVO] A tentativa é punível quando o sócio tenha praticado, ou dado início, a actos de execução de um facto que constitua em si uma infracção, não se tendo a mesma produzido por qualquer razão que não seja apenas a desistência voluntária do Sócio.**

3 - **[NOVO] Para efeitos do disposto no número 1, consideram-se infracções disciplinares, nomea-**

damente, as seguintes:

- a) desrespeitar os estatutos e regulamentos internos do Clube, e **as** deliberações dos órgãos sociais;
- b)...
- c)...
- d)...

e) [NOVO] Atentar contra a dignidade humana de uma pessoa ou grupo, nomeadamente através da discriminação em função da raça, religião, etnia, género ou de qualquer motivo previsto no artigo 3º número 2;

f) [NOVO] Nos eventos do SCP, utilizar o Clube, ou as suas instalações, para fazer propaganda política, religiosa ou ideológica;

g) [NOVO] Não desempenhar as funções para as quais for eleito nos órgãos sociais do SCP, ou noutra pessoa coletiva para a qual tenha sido designado ou indicado pelo SCP ou na qual exerça funções de representação do SCP, ou em qualquer das entidades que integrem a Família Leonina, com solidariedade, dedicação, zelo e diligência e não guardar lealdade ao SCP, nomeadamente negociando por conta própria ou alheia em concorrência com as pessoas coletivas referidas, ou divulgando informações referentes à sua organização, métodos de produção, negócios, segredos comerciais e know-how;

h) [NOVO] Praticar quaisquer actos que provoquem prejuízos morais ou materiais para o Clube, sociedades participadas, directa ou indirectamente, pelo Clube e para as entidades que integrem a Família Leonina;

i) [NOVO] Praticar actos ou adoptar comportamentos, no âmbito da actividade de grupos reconhecidos ou identificados com o Sporting Clube de Portugal, ofensivos ou injuriosos de qualquer membro dos Órgãos Sociais do Sporting Clube de Portugal, ou em violação dos deveres previstos nos presentes estatutos.

2- 4 - As sanções aplicáveis, em conformidade com a gravidade da falta, são as seguintes:

- a) admoestação;
- b) repreensão registada;
- c) suspensão;
- d) expulsão.

5 - [ALTERADA] No caso de infracção disciplinar no exercício ou por causa de atividade em órgãos sociais do SCP ou de outra pessoa colectiva para a qual tenha sido designado ou eleito pelo SCP ou na qual exerça funções de representação do SCP ou enquanto membro de qualquer das entidades que integrem a Família Leonina, à qual seja aplicada uma sanção de suspensão superior a 60 dias ou sanção de expulsão, pode ser determinada a aplicação da sanção acessória de perda de mandato e proibição de exercício de funções em órgãos estatutários do SCP durante um período máximo de 8 anos, sem prejuízo do recurso para a Assembleia Geral previsto nos termos dos presentes estatutos.

4 - 6 - Compete ao Conselho Fiscal e Disciplinar a instauração e organização de qualquer processo disciplinar, bem como a deliberação quanto à sanção a aplicar, devendo para o efeito ter em conta o disposto nos presentes estatutos, nos regulamentos internos em vigor e na legislação vigente aplicável; nenhuma deliberação sobre aplicação de sanção pode poderá ser tomada sem conceder direito de audição prévia que ao arguido, sem prejuízo das regras gerais e estatutárias de citação e notificação, tenha sido ouvido.

5- 7 - Da aplicação das sanções de “suspensão” e “expulsão” cabe recurso para a Assembleia Geral, com efeito meramente devolutivo naquele e com efeito suspensivo neste, a interpor no prazo de trinta dias úteis, contado da data da notificação da sanção que foi aplicada.

6- 8 - A suspensão não pode exceder o prazo de oito anos.

7- 9 - A exclusão de sócio, pelo motivo de não ter pago quotas por um período superior a seis meses, e de não ter da sua atitude dado conhecimento por escrito ao Clube, não constitui sanção disciplinar, mas mero ato administrativo que se insere na competência genérica do Conselho Directivo.

10 - [NOVO] Um Sócio que, no decurso de uma acção disciplinar, visando a sua expulsão, deixe por sua vontade de ser sócio, só poderá voltar a requerer a sua readmissão, decorridos que sejam 8 anos da sua saída.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 29º
(Cedência do cartão de sócio)

1 - A nenhum sócio é lícito ceder o respectivo

PROPOSTAS À ASSEMBLEIA-GERAL DE 17 DE FEVEREIRO DE 2018

cartão de sócio a outrem para fins contrários aos presentes estatutos ou da lei, sob pena de o mesmo lhe ser apreendido, independentemente de outras eventuais sanções aplicáveis previstas no artigo anterior.

2 - Em caso de cedência do cartão de associado nas Assembleias Gerais do Clube a penalidade aplicável será obrigatoriamente a de expulsão.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES SEM ALTERAÇÕES

SECÇÃO V - Readmissão de Sócios REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 30º (Readmissão de sócios)

1 - Podem reingressar nos quadros sociais do Clube os antigos sócios:

- a) exonerados a seu pedido;
- b) excluídos por falta de pagamento de quotas;
- c) expulsos, mediante processo disciplinar, quando, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, for aprovada a sua readmissão por maioria de dois terços dos votos expressos.

2 - O sócio exonerado a seu pedido, uma vez readmitido, tem a faculdade de requerer a manutenção do número de sócio que possuía quando da sua exoneração, se, no ato de reingresso, efectuar o pagamento da totalidade das quotas em atraso, salvo deliberação do Conselho Directivo em sentido diverso.

3 - O sócio excluído por falta de pagamento de quotas, será readmitido se, no ato de reingresso, efectuar o pagamento da totalidade das quotas em atraso, salvo deliberação do Conselho Directivo em sentido diverso.

4 - Se o número de sócio, recuperado nos termos dos números anteriores, não puder ser atribuído por haver sido, entretanto, atribuído a outro associado, o sócio readmitido receberá o número imediatamente anterior acrescido de um número ou letra de ordem, provisórios, até nova actualização, na qual se respeitará a sua ordem de antiguidade.

5 - É considerada como ininterrupta a inscrição de sócios readmitidos se, no ato de reingresso, efectuarem o pagamento da totalidade das quotas em atraso, salvo deliberação do Conselho Directivo em sentido diverso.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 30º (Readmissão de sócios)

- 1 - ...
- a)...
- b)...
- c) expulsos **ou suspensos**, mediante processo disciplinar, quando, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, for aprovada a sua readmissão por maioria de dois terços dos votos expressos.

2 - O sócio exonerado a seu pedido, uma vez readmitido, tem a faculdade de requerer a manutenção do número de sócio que possuía quando a sua exoneração, **se, no acto de reingresso, efectuar o pagamento da totalidade das quotas em atraso, nos termos que vierem a ser deliberados, salvo deliberação do** pelo Conselho Directivo. **em sentido diverso.**

- 3 - ...
- 4 - ...
- 5 - ...

CAPÍTULO IV ACTIVIDADE ECONÓMICA-FINANCEIRA REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 31º (Contabilização da gestão económica - financeira)

1 - A contabilização da gestão económico-financeira será efectuada de acordo com a legislação em vigor, com especial relevo para as normas contabilísticas respeitantes às actividades desportivas.

2 - As despesas do Clube visam unicamente a realização dos seus fins e a manutenção, directa ou indirecta, das respectivas actividades.

3 - Fora dos casos previstos no presente Artigo e salvo se Assembleia Geral expressamente deliberar de forma diferente, as despesas ordinárias e extraordinárias não poderão exceder em mais de dez por cento, em cada ano económico, as receitas totais orçamentadas, devendo em qualquer caso ser indicados os fluxos financeiros destinados à cobertura do défice se o houver.

4 - A realização de despesas que impliquem um défice superior ao que foi orçamentado, até o limite de dez por cento, está sujeito ao parecer do Consel-

ho Fiscal e Disciplinar; carecendo de autorização prévia da Assembleia Geral a realização de despesas que corresponda a um aumento do défice orçamentado num valor superior ao valor acima referido.

5 - A angariação de fundos, seja qual for o fim a que se destinem, mediante donativos ou subscrições, por intermédio de sócios individuais ou constituídos em comissão, carece de prévia autorização do Conselho Directivo.

6 - O exercício económico anual do Clube decorrerá de um de Julho de um ano de calendário a trinta de Junho do ano de calendário seguinte.

7 - Salvo se outra decisão for tomada em Assembleia Geral por maioria de, pelo menos, dois terços dos votos expressos, a violação por parte do Conselho Directivo do disposto no número 4, implica a perda imediata dos mandatos por parte dos seus membros e a impossibilidade de, durante sete anos, qualquer desses membros poder desempenhar qualquer cargo nos órgãos sociais do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

8 - Pode haver orçamentos suplementares.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 31º (Gestão económica - financeira)

1 - **A contabilidade do Clube será efetuada de acordo com a legislação em vigor, com especial relevo para as normas contabilísticas aplicáveis a entidades do setor não lucrativo ajustadas às atividades desportivas.**

2 - **Os rendimentos, gastos e investimentos** do Clube visam unicamente a realização dos seus fins e a manutenção, directa ou indirecta, das respetivas actividades.

3 -**Fora dos casos previstos no presente Artigo e salvo se a Assembleia Geral expressamente deliberar de forma diferente, os gastos e investimentos realizados não poderão exceder, em cada exercício económico, o total dos rendimentos obtidos.**

4 - **A realização de gastos e investimentos que impliquem um défice superior ao que foi orçamentado, carece de autorização da Assembleia Geral, sujeito a parecer prévio do Conselho Fiscal e Disciplinar.**

- 5 - ...
- 6 - ...
- 7 - ...
- 8 - ...

9 - [NOVO] **O orçamento anual deverá prever um montante adequado para despesas com o funcionamento do Conselho Fiscal e Disciplinar, nomeadamente, com a contratação de técnicos especializados cujos serviços se mostrem relevantes ou convenientes para o cabal exercício das funções de fiscalização e disciplinares.**

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 32º (Orçamento de receitas e despesas)

1 - O Conselho Directivo deverá submeter à Mesa da Assembleia Geral, até quinze de Junho do ano associativo anterior àquele a que respeita, o orçamento de receitas e despesas para cada exercício económico, acompanhado do plano de actividades e do parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar.

2 - A gestão orçamental deve ser conduzida de forma rigorosa e transparente; os membros do Conselho Directivo são pessoalmente responsáveis por qualquer desvio negativo relativamente ao orçamento das despesas que não tenha justificação legal ou estatutária.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 32º (Orçamento)

1 - O Conselho Diretivo **deve deverá** submeter à Mesa da Assembleia Geral, até quinze de Junho do ano associativo anterior àquele a que respeita, **um** orçamento **dos rendimentos, gastos e investimentos previstos executar em** cada exercício económico, acompanhado do plano de actividades respetivo e do parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar.

2 - A gestão orçamental deve ser conduzida de forma rigorosa e transparente **sendo os membros do Conselho Diretivo pessoalmente responsáveis por qualquer desvio negativo relativamente ao orçamento dos gastos ou investimentos que não tenha justificação** legal ou estatutária.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 33º (Relatório de gestão e contas do exercício)

1 - O Conselho Directivo deverá elaborar e submeter à Assembleia Geral, até trinta de Setembro, o relatório de gestão, as contas do exercício, bem

como os demais documentos de prestação de contas relativos ao ano económico anterior, acompanhados do relatório e parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar.

2 - Caberá a uma empresa especializada de auditoria, de reconhecido nível internacional, com sede ou representação em Portugal, realizar anualmente uma auditoria completa às contas do Clube; o parecer da empresa de auditoria acompanhará, obrigatoriamente, os documentos referidos no número 1 do presente artigo.

3 - O relatório de gestão, as contas do exercício e os documentos referidos nos números anteriores devem ficar à disposição dos sócios, na sede do Clube e nas horas de expediente, a partir do oitavo dia anterior à data designada para a realização da respectiva Assembleia Geral comum ordinária; a consulta dos referidos documentos só pode ser feita pessoalmente pelo sócio que a tenha requerido.

4 - Salvo se outra decisão for tomada em Assembleia Geral, por uma maioria de, pelo menos, dois terços dos votos expressos, a violação, por um período superior a quinze dias, do dever referido no número 1 do presente artigo e do dever de submeter à Mesa da Assembleia Geral, até quinze de Junho do ano associativo anterior àquele a que respeita, o orçamento de receitas e despesas para cada exercício económico, acompanhado do plano de actividades e do parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar, por parte do Conselho Directivo ou do Conselho Fiscal e Disciplinar, implica, em relação ao órgão em falta, a cessação imediata da totalidade dos mandatos dos seus membros, ficando estes impossibilitados de se recandidatarem nas eleições para os órgãos sociais imediatamente seguintes.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 33º (Relatório de gestão e contas do exercício)

1 - O Conselho Directivo **deve deverá** elaborar e submeter à Assembleia Geral, até trinta de Setembro, o relatório de gestão, as contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas relativos ao ano económico anterior, acompanhados do relatório e parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar.

2 - Caberá a uma empresa especializada de auditoria, de reconhecido **mérito**, com sede ou representação em Portugal, realizar anualmente uma auditoria completa às contas do Clube; o parecer da empresa de auditoria acompanhará, obrigatoriamente, os documentos referidos no número 1 do presente artigo.

3 - ...

4 - Salvo se outra decisão for tomada em Assembleia Geral, por uma maioria de, pelo menos, dois terços dos votos expressos, a violação, por um período superior a quinze dias, do dever referido no número 1 do presente artigo e do dever de submeter à Mesa da Assembleia Geral, até quinze de Junho do ano associativo anterior àquele a que respeita, o orçamento de **rendimentos, gastos e investimentos** para cada exercício económico, acompanhado do plano de atividades e do parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar, por parte do Conselho Diretivo ou do Conselho Fiscal e Disciplinar, implica, em relação ao órgão em falta, a cessação imediata da totalidade dos mandatos dos seus membros, ficando estes impossibilitados de se recandidatarem nas eleições para os órgãos sociais imediatamente seguintes.

CAPÍTULO V ÓRGÃOS SOCIAIS SECÇÃO I - Disposições Genéricas REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 34º (Órgãos sociais)

1 - São órgãos sociais do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL:

- a) a Assembleia Geral, a respectiva Mesa e o seu Presidente;
- b) o Conselho Directivo;
- c) o Conselho Fiscal e Disciplinar;
- d) o Conselho Leonino.

2 - Consideram-se, para efeitos dos presentes estatutos, titulares ou membros dos órgãos sociais os titulares dos órgãos indicados no número anterior, com excepção dos sócios, como tais, enquanto membros da Assembleia Geral.

3 - Haverá ainda uma Comissão de Remunerações, composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que presidirá, pelo Presidente do Conselho Directivo e pelo Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar, à qual competirá fixar as remunerações dos

membros da Comissão Executiva e definir a política de remunerações do Clube, assim como, na medida do legalmente possível, a das sociedades suas participadas. **PROPOSTA DE ALTERAÇÕES**

Artigo 34º (Órgãos Sociais)

1 - São órgãos sociais do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL:

- a) ...
- b) o Conselho Directivo **e o seu Presidente;**
- c)
- d) **o Conselho Leonino**

2 - ...

3 - **À Haverá ainda uma** Comissão de Remunerações, composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que a presidirá, pelo Presidente do Conselho Directivo e pelo Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar, **compete à qual competirá** fixar as remunerações dos membros da Comissão Executiva e definir a política de remunerações do Clube, assim como, na medida do legalmente possível, a das sociedades suas participadas.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 35º (Membros dos órgãos sociais)

1 - Os membros dos órgãos sociais devem cumprir e fazer cumprir os estatutos e regulamentos do Clube e exercer os respectivos cargos com a maior dedicação e exemplar comportamento cívico e moral.

2 - Os membros dos órgãos sociais são solidariamente responsáveis pelas deliberações destes, salvo quando hajam feito declaração de voto de discordância, registada na ata da reunião em que a deliberação for tomada ou na da primeira a que assistam, caso tenham estado ausentes daquela reunião.

3 - A responsabilidade referida no número anterior cessa logo que em Assembleia Geral sejam aprovadas as deliberações ali referidas, salvo se vier a verificar-se que essas mesmas deliberações foram tomadas com dolo ou fraude.

4 - Deve o Clube, quando obrigado a indemnizar por prejuízos resultantes de deliberação conjunta ou isolada de órgãos sociais, tomada em violação da lei ou dos estatutos, exercer o direito de regresso contra os membros desses órgãos que sejam responsáveis.

5 - Compete ao Presidente da Assembleia Geral tomar as providências necessárias à execução do estabelecido no número anterior, convocando uma reunião extraordinária da Assembleia Geral, onde a proposta respectiva será objecto de votação nominal.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 36º (Mandato dos órgãos sociais)

1 - O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de quatro anos.

2 - No caso de eleições antecipadas, o ano associativo em que ocorrerem contará como um ano integral de mandato, salvo se aquelas tiverem lugar entre 1 de Março e 30 de Abril.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 36º (Mandato dos órgãos sociais)

1 - O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de quatro anos **e inicia-se com a tomada de posse.**

2 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 37º (Cessação do mandato)

1 - O mandato cessa antecipadamente por morte, impossibilidade física, perda da qualidade de sócio, perda de mandato, nos casos previstos no número 2 do artigo 32º e no número 4 do artigo 33º, situação de incompatibilidade, renúncia ou destituição.

2 - Para além das situações expressamente previstas nestes estatutos, constituem causa de cessação do mandato da totalidade dos titulares do respectivo órgão social:

- a) quanto ao Conselho Directivo, a cessação do mandato da maioria dos seus membros eleitos;
- b) quanto ao Conselho Fiscal e Disciplinar, a cessação do mandato da maioria dos respectivos membros, depois de chamados os suplentes, se os houver, à efectividade;
- c) quanto à Mesa da Assembleia Geral, a cessação do mandato dos respectivos Presidente e Vice-Presidente;
- d) quanto ao Conselho Leonino, a cessação do mandato da maioria dos Conselheiros eleitos.

3 - Sem prejuízo do regime fixado nos presentes estatutos para os casos de cessação antecipada do mandato, os titulares dos órgãos sociais mantêm-se em funções até à tomada de posse dos sucessores.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 37º

(Cessação do mandato)

1 - O mandato cessa antecipadamente por morte, impossibilidade física, perda da qualidade de sócio, perda **e cessação** do mandato, nos casos previstos no número **2 do artigo 32º 7 do artigo 31º** e no número 4 do artigo 33º, situação de incompatibilidade, renúncia ou destituição.

2 - [NOVO] A morte, impossibilidade física, perda da qualidade de sócio, revogação de mandato, renúncia ou destituição do Presidente do Conselho Directivo determina a cessação automática antecipada do mandato de todos os órgãos sociais, devendo a Assembleia Geral eleitoral ser convocada no prazo máximo de 30 dias da ocorrência da cessação antecipada do mandato do Conselho Directivo.

2- 3 - Para além das situações expressamente previstas nestes estatutos, constituem causa de cessação do mandato:

a) quanto ao Conselho Directivo, a cessação do mandato da maioria dos seus membros **efectivos, incluindo o Presidente do Conselho Directivo, depois de chamados os suplentes, se os houver, à efectividade, determina a cessação antecipada do mandato de todos os órgãos sociais;**

b) quanto ao Conselho Fiscal e Disciplinar, a cessação do mandato da maioria dos respectivos membros **efectivos**, depois de chamados os suplentes, se os houver, à efectividade, **determina a cessação antecipada do mandato do Conselho Fiscal e Disciplinar;**

c) quanto à Mesa da Assembleia Geral, a cessação do mandato dos respectivos Presidente e Vice-Presidente **determina a cessação antecipada do mandato da Mesa da Assembleia Geral e do seu Presidente;**

d) quanto ao Conselho Leonino, a cessação do mandato da maioria dos Conselheiros eleitos.

3 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 38º

(Incompatibilidades)

1 - Salvo os casos previstos nos presentes estatutos, a qualidade de titular de um órgão social do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL é incompatível com a qualidade de titular de outro.

2 - A qualidade de titular de um órgão social do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL é ainda incompatível com o exercício de funções em outros clubes ou em sociedades desportivas por estes promovidas.

3 - Fica excluído da incompatibilidade fixada no número anterior o exercício de funções em clubes desportivos ou em sociedades desportivas promovidas por outro clube, quando não se dediquem, e enquanto não se dedicarem, a qualquer modalidade profissional praticada pelo SPORTING CLUBE DE PORTUGAL ou por sociedades desportivas por si promovidas, assim como por “clube-satélite”.

4 - A qualidade de titular de órgão social do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL é ainda incompatível com o exercício de funções em sociedades comerciais de que outro clube desportivo seja, directa ou indirectamente, fundador, salvo verificando-se a situação prevista no número três.

5 - Nenhuma candidatura a titular de órgão social do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL por quem se encontre em situação que determinaria incompatibilidade em caso de eleição pode ser admitida, sem que o sócio renuncie ao cargo que determinaria a incompatibilidade, ainda que apenas sob condição de eleição.

6 - A superveniência, relativamente a titulares de órgãos sociais do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, de situação de incompatibilidade determina automaticamente a perda do mandato.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 38º

(Incompatibilidades)

1 - ...

2 - ...

3 - Fica excluído da incompatibilidade fixada no número anterior o exercício de funções em clubes desportivos ou em sociedades desportivas promovidas por outro clube, **que não sejam directamente concorrentes do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL ou de sociedades desportivas promovidas por este**, quando não se dediquem, e en-

quanto não se dedicarem, a qualquer modalidade profissional praticada pelo SPORTING CLUBE DE PORTUGAL ou por sociedades desportivas por si promovidas, assim como por “clube-satélite”.

4 - ...

5 - ...

6 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 39º

(Renúncia)

1 - A renúncia é apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, salvo se for este o renunciante, caso em que é apresentada ao Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar.

2 - O efeito da renúncia não depende de aceitação e produz-se no último dia do mês seguinte àquele em que for apresentada, salvo se entretanto se proceder à substituição do renunciante.

3 - Todavia, se a renúncia, individual ou colectiva, constituir causa da cessação do mandato da totalidade dos membros do órgão, a renúncia só produzirá efeito com a tomada de posse dos sucessores, salvo se entretanto for designada a comissão de gestão ou de fiscalização, ou ambas, nos termos dos presentes estatutos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 39º

(Renúncia)

1 - A renúncia é apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, salvo se for este o renunciante, caso em que é apresentada ao Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar, **sendo, em qualquer dos casos, dado conhecimento ao Presidente do Conselho Directivo.**

2 - ...

3 - Todavia, se a renúncia, individual ou colectiva, constituir causa da cessação do mandato da totalidade dos membros do órgão, a renúncia só **produz produzirá** efeito com a tomada de posse dos sucessores, salvo se entretanto for designada a comissão de gestão ou de fiscalização, ou ambas, nos termos dos presentes estatutos.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 40º

(Revogação do mandato)

1 - O mandato dos membros dos órgãos sociais é revogável, individual ou colectivamente, nos termos previstos na lei, podendo ainda a revogação ser deliberada pela Assembleia Geral nos termos dos números seguintes deste Artigo.

2 - A revogação do mandato dos membros do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal e Disciplinar depende de justa causa e é deliberada em Assembleia Geral comum.

3 - A Assembleia Geral comum extraordinária destinada a pronunciar-se sobre a revogação do mandato será convocada para data não posterior a trinta dias, contados da data em que haja sido requerida, nos termos dos presentes estatutos.

4 - O processo destinado à revogação do mandato previsto neste Artigo, cessará quanto ao visado ou visados que entretanto renunciem, produzindo nesse caso a renúncia efeito imediato; se a renúncia, individual ou colectiva, constituir causa da cessação do mandato da totalidade dos membros do órgão, só produzirá efeito com a tomada de posse dos sucessores, salvo se entretanto for designada a comissão de gestão ou de fiscalização, ou ambas, nos termos dos presentes estatutos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 41º

(Comissões de gestão e de fiscalização)

1 - Se se verificar causa de cessação de mandato da totalidade dos membros do Conselho Directivo ou do Conselho Fiscal e Disciplinar ou se, convocadas eleições para qualquer daqueles órgãos, não houver candidaturas, pode, no primeiro caso, e deve, no segundo, o Presidente da Assembleia Geral designar uma comissão de gestão ou uma comissão de fiscalização, ou ambas, compostas por número ímpar de sócios efectivos com cinco anos de inscrição ininterrupta no Clube, para exercerem as funções que cabem respectivamente ao Conselho Directivo e ao Conselho Fiscal e Disciplinar, e que terão a competência de um ou de outro, conforme for o caso.

2 - Deve, no prazo de seis meses contado da designação da comissão de gestão ou da comissão de fiscalização, ou de ambas ser convocada Assembleia Geral eleitoral para a eleição do Conselho Directivo, do Conselho Fiscal e Disciplinar ou de ambos, conforme for o caso, cessando as funções

da comissão que esteja em causa com a tomada de posse dos eleitos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

SECÇÃO II - Assembleia Geral

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 42º

(Composição da Assembleia Geral)

Na Assembleia Geral, composta pelos sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos, e admitidos como sócios do clube há pelo menos doze meses ininterruptos e que tenham, de acordo com a lei, atingido a maioria, reside o poder supremo do Clube.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 43º

(Competências da Assembleia Geral)

1 - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além do mais que se encontre como tal consignado nos presentes estatutos e na lei:

a) alterar os estatutos do Clube e velar pelo seu cumprimento;

b) eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;

c) deliberar sobre as seguintes matérias, salvo quando estiverem em causa meras aplicações financeiras:

- promover a constituição e participação em sociedades desportivas relativamente às equipas que participem em competições desportivas de natureza profissional;

- exercício de actividades comerciais sem incidência directamente desportiva;

- participação em sociedades comerciais de responsabilidade limitada, ainda que reguladas por leis especiais;

- tomada de quaisquer outras participações, mesmo estáveis, e entrada em quaisquer associações com fins económicos, designadamente associações em participação ou consórcios;

- apoio e participação em quaisquer outras iniciativas e empreendimentos de carácter financeiro, incluindo jogos de fortuna ou azar de que tenha concessão oficial, nomeadamente o jogo do bingo;

- criação e dotação de fundações;

- alienação ou oneração de participações em sociedades, excepto se tiverem a natureza de meras aplicações financeiras.

d) fixar ou alterar, mediante proposta fundamentada, a importância das quotas e outras contribuições obrigatórias;

e) deliberar sobre as exposições ou petições apresentadas pelos órgãos sociais ou por sócios e pronunciar-se sobre as actividades exercidas por uns e outros nas respectivas qualidades;

f) deliberar sobre a readmissão de sócios que tenham sido expulsos;

g) julgar os recursos que perante ela tenham sido interpostos;

h) conceder as distinções honoríficas que, nos termos estatutários e regulamentares, sejam de sua competência;

i) apreciar e votar o orçamento de receitas e despesas, com o respectivo plano de actividades para o ano económico, e os orçamentos suplementares que houver;

j) discutir e votar o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o relatório e parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar relativamente a cada ano económico;

l) autorizar a realização de empréstimos e outras operações de crédito que excedam vinte por cento do orçamento de despesas do ano anterior;

m) autorizar o Conselho Directivo a tomar compromissos financeiros que excedam dez por cento dos orçamentos ordinários e suplementares vigentes;

n) autorizar, mediante proposta fundamentada do Conselho Directivo, a aquisição ou alienação de bens imóveis, bem como garantias que onerem bens imóveis ou consignem rendimentos afectos ao Clube, verificadas as demais condições estatutárias e regulamentares.

2 - A Assembleia Geral pode delegar no Conselho Leonino, por prazo não superior a um ano, o exercício das competências referidas nas alíneas l), m) e n) do número 1.

3 - Salvo disposição em contrário da lei ou dos presentes estatutos, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes; todavia, as deliberações relativas à alienação ou oneração de imóveis ou de participações sociais exigem maioria de, pelo

menos, dois terços dos votos, o mesmo valendo para as deliberações do Conselho Leonino sobre a primeira daquelas matérias, tomadas no exercício de poderes que lhe hajam sido delegados pela Assembleia Geral.

4 - A Assembleia Geral pode ainda pronunciar-se sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pelo Presidente da Assembleia Geral, pelo Conselho Directivo ou pelo Conselho Fiscal e Disciplinar.

5 - A Assembleia Geral pode criar comissões para o estudo de quaisquer assuntos relevantes para as actividades do Clube, constituídas por sócios com capacidade eleitoral activa.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 43º

(Competências da Assembleia Geral)

1 - ...

a)...

b)...

c)...

d)...

e)...

f)...

g)...

h)...

i) apreciar e votar o orçamento de **rendimentos, gastos e investimentos**, com o respetivo plano de actividades para o ano económico, e os orçamentos suplementares que houver;

j)...

l) autorizar a realização de empréstimos e outras operações de crédito que excedam vinte por cento do orçamento de **gastos e investimentos do ano**...

m)...

n)...

2 - A Assembleia Geral pode delegar no Conselho Leonino, por prazo não superior a um ano, o exercício das competências referidas nas alíneas l), m) e n) do número 1.

3 - 2 - Salvo disposição em contrário da lei ou dos presentes estatutos, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes; todavia, as deliberações relativas à alienação ou oneração de imóveis ou de participações sociais exigem maioria de, pelo menos, dois terços dos votos., **o mesmo valendo para as deliberações do Conselho Leonino sobre a primeira daquelas matérias, tomadas no exercício de poderes que lhe hajam sido delegados pela Assembleia Geral.**

4 - 3 - A Assembleia Geral pode ainda pronunciar-se sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pelo Presidente da Assembleia Geral, pelo Conselho Directivo ou pelo Conselho Fiscal e Disciplinar.

5 - A Assembleia Geral pode criar comissões para o estudo de quaisquer assuntos relevantes para as actividades do Clube, constituídas por sócios com capacidade eleitoral activa.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 44º

(Reuniões da Assembleia Geral)

As reuniões das Assembleias Gerais são eleitorais e comuns e ambas podem ser ordinárias ou extraordinárias.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 45º

(Assembleia Geral eleitoral ordinária)

1. A Assembleia Geral eleitoral reúne ordinariamente de quatro em quatro anos, para eleição da respectiva Mesa e do seu Presidente, do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal e Disciplinar, assim como dos Conselheiros do Conselho Leonino.

2 - A reunião ordinária da Assembleia Geral eleitoral realizar-se-á entre os dias um de Março e trinta de Abril do ano em que deva ter lugar, sendo a respectiva data marcada pelo Presidente da Mesa Assembleia Geral, nos termos estabelecidos nestes estatutos, com uma antecedência mínima de 60 dias.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 45º

(Assembleia Geral Eleitoral Ordinária)

1 - A Assembleia Geral eleitoral reúne ordinariamente de quatro em quatro anos, para eleição da respectiva Mesa e do seu Presidente, do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal e Disciplinar, **assim como dos Conselheiros do Conselho Leonino.**

2 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 46º

(Assembleia Geral eleitoral extraordinária)

PROPOSTAS À ASSEMBLEIA-GERAL DE 17 DE FEVEREIRO DE 2018

1 - A Assembleia Geral Eleitoral reúne extraordinariamente para proceder a eleições, verificando-se causa de cessação antecipada de mandato de todos os membros de órgão social;
2 - No caso de se verificar causa de cessação antecipada de mandato da totalidade dos membros de órgão social, deve o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar a Assembleia Geral eleitoral para data não posterior a quarenta e cinco dias sobre a ocorrência da referida causa, salvo se tiver designada uma comissão de gestão ou uma comissão de fiscalização, nos termos dos presentes estatutos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 47º

(Funcionamento das Assembleias Gerais eleitorais)

1 - As Assembleias Gerais eleitorais funcionam sem debate, nelas se procedendo apenas a votação, por voto secreto.
2 - O funcionamento das Assembleias Gerais eleitorais é dirigido, nomeadamente quanto ao número de mesas a instalar e à designação dos respectivos membros, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, coadjuvado pelos restantes membros da Mesa e por um representante de cada lista global concorrente, nos termos a definir pelo Regulamento a aprovar pela Assembleia Geral, sob proposta da Mesa da Assembleia Geral.

3 - As Assembleias Gerais eleitorais realizam-se nas instalações SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, podendo ainda o Presidente da Mesa, ouvidos os Presidentes do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal e Disciplinar, determinar a instalação de mesas de voto noutros locais, nomeadamente onde a representatividade do clube o justifique.
4 - O Regulamento da Mesa da Assembleia Geral poderá prever o voto electrónico ou por correspondência ou outras formas de votação, desde que sejam assegurados o segredo do voto e a autenticidade do meio utilizado.

5 - A investidura no exercício dos cargos terá lugar nos 15 dias seguintes ao do termo do ato eleitoral, em sessão a conduzir pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e a realizar na sede do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 48º

(Convocatória e admissão de candidaturas)

1 - As Assembleias eleitorais serão convocadas de modo a que, entre o dia da última publicação e da votação, não se contando nem aquele nem este, decorram, pelo menos, sessenta dias completos.
2 - As candidaturas são apresentadas até ao trigésimo dia que preceda a data marcada para a eleição ou até o primeiro dia útil seguinte a esse, se o trigésimo dia for sábado, domingo ou feriado.

3 - As candidaturas terão de ser propostas por sócios com capacidade eleitoral activa que representem, pelo menos, mil votos e devem vir acompanhadas dos termos de aceitação dos candidatos.
4 - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral admitir as candidaturas, verificando a sua regularidade.

5 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral pode dar prazo de quarenta e oito horas para a correcção de qualquer deficiência na apresentação das candidaturas, notificando para o efeito, por qualquer modo, o primeiro proponente.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 48º

(Convocatória e admissão de candidaturas)

1 - As Assembleias eleitorais **são serão** convocadas de modo a que, entre o dia da última publicação e da votação, não se contando nem aquele nem este, decorram, pelo menos, sessenta dias completos.

2 - ...

3 - ...

4 - ...

5 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 49º

(Processo eleitoral)

1 - As eleições da competência da Assembleia Geral far-se-ão por lista completa, considerando-se eleita a lista que obtiver mais votos do que qualquer uma das outras, salvos os casos do Conselho Fiscal e Disciplinar e dos Conselheiros ao Conselho Leonino, em que o apuramento dos eleitos se fará segundo o método de Hondt.

2 - As listas para a Mesa da Assembleia Geral indicarão o cargo a que cada proposto se candidata; as listas para o Conselho Directivo indicarão quem serão os candidatos à presidência e vice-presidências do mesmo; as listas para o Conselho Fiscal e Disciplinar indicarão quem será o candidato à presidência e o candidato à vice-presidência.

3 - Os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o candidato a Presidente e um candidato a Vice-Presidente do Conselho Directivo poderão integrar as listas de Conselheiros ao Conselho Leonino, devendo, neste caso, a lista ser completada com igual número de suplentes.

4 - Os candidatos eleitos, nos termos do número anterior, simultaneamente para mais de um Órgão Social deverão proceder à respectiva opção e comunicá-la ao Presidente da Mesa de Assembleia Geral até ao 3º dia posterior ao ato eleitoral.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 49º

(Processo eleitoral)

1 - As eleições da competência da Assembleia Geral **fazem-se far-se-ão** por lista completa, **que englobará todos os órgãos sociais previstos no artigo 34º dos presentes estatutos**, considerando-se eleita a lista que obtiver mais votos do que qualquer uma das outras, **sem prejuízo do disposto no número 3 infra. salvos os casos do Conselho Fiscal e Disciplinar e dos Conselheiros ao Conselho Leonino, em que o apuramento dos eleitos se fará segundo o método de Hondt**.

2 - As listas para a Mesa da Assembleia Geral **indicam indicarão** o cargo a que cada proposto se candidata; as listas para o Conselho Directivo **indicam indicarão** quem serão os candidatos à presidência e vice-presidências do mesmo; as listas para o Conselho Fiscal e Disciplinar **indicam indicarão** quem será o candidato à presidência e o candidato à vice-presidência.

3—Os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o candidato a Presidente e um candidato a Vice-Presidente do Conselho Directivo poderão integrar as listas de Conselheiros ao Conselho Leonino, devendo, neste caso, a lista ser completada com igual número de suplentes.

3 - [NOVO] No caso de cessação antecipada do mandato do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral nos termos previstos no artigo 37º número 3 alínea b) e c) dos presentes estatutos, as listas a apresentar deverão abranger apenas o ou os órgãos para os quais se procede à eleição, até ao final do mandato em curso.

4—Os candidatos eleitos, nos termos do número anterior, simultaneamente para mais de um Órgão Social deverão proceder à respectiva opção e comunicá-la ao Presidente da Mesa de Assembleia Geral até ao 3º dia posterior ao ato eleitoral.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 50º

(Assembleia Geral comum ordinária)

A Assembleia Geral comum funciona ordinariamente duas vezes em cada ano, nos períodos e para os fins a seguir indicados:

a) durante o mês de Junho, ou durante o mês de Julho se o Conselho Directivo tiver acabado de ser eleito entre os dias um de Março e trinta de Abril, para aprovar o orçamento de receitas e despesas do exercício económico, elaborado pelo Conselho Directivo, acompanhado do plano de actividades e do parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar;
b) até ao dia 30 de Setembro de cada ano, para discutir e votar o relatório de gestão e contas do exercício findo e o competente relatório e parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 50º

(Assembleia Geral comum ordinária)

A Assembleia Geral comum funciona ordinariamente duas vezes em cada ano, nos períodos e para os fins a seguir indicados:

a) durante o mês de Junho, ou durante o mês de Julho se o Conselho Diretivo tiver acabado de ser eleito entre os dias um de Março e trinta de Abril, para aprovar o orçamento de **rendimentos, gastos e investimentos** do exercício económico, elaborado pelo Conselho Diretivo, acompanhado do plano de atividades e do parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar;
b) ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 51º

(Assembleia Geral comum extraordinária)

1 - Extraordinariamente, a Assembleia Geral comum reúne-se em qualquer data:

a) por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral;

b) a pedido do Conselho Directivo ou do Conselho Fiscal e Disciplinar;

c) a requerimento de sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos, com o mínimo de mil votos, desde que depositem na tesouraria do Clube a importância necessária para cobrir as despesas inerentes.

d) votar a revogação com justa causa do mandato dos titulares dos órgãos sociais, nos termos dos presentes estatutos.

2 - No caso da alínea c), a Assembleia não pode reunir sem a presença de sócios requerentes que detenham, pelo menos, setecentos e cinquenta votos.

3 - A Assembleia Geral pode ainda reunir extraordinariamente, por decisão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a requerimento do Conselho Directivo ou do Conselho Fiscal e Disciplinar ou de sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos, com o mínimo de mil votos, para deliberar sobre quaisquer matérias delegadas no Conselho Leonino que exijam maioria qualificada.

4 - A convocatória ou os requerimentos referidos no número anterior serão efectuados no prazo máximo de 30 dias após a reunião do Conselho Leonino em causa.

5 - O requerimento a que se refere o número 3 não carece do depósito a que se refere a alínea c) do número 1 nem implica o pagamento dos respectivos custos.

6 - A Assembleia Geral que for convocada para deliberar sobre matérias que requeiram maioria qualificada funcionará nos termos previstos nos números 2 a 4 do artigo 47º.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 51º

(Assembleia Geral comum extraordinária)

1 - Extraordinariamente, a Assembleia Geral comum reúne-se em qualquer data:

a)...

b)...

c) a requerimento de sócios efetivos, no pleno gozo dos seus direitos, com o mínimo de mil votos, desde que depositem na tesouraria do Clube a importância necessária para cobrir **os gastos** inerentes.

d)...

2 - ...

3 - ...

4 - A convocatória ou os requerimentos referidos no número anterior **são serão** efectuados no prazo máximo de 30 dias após a reunião do Conselho Leonino em causa

5 - ...

6 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 52º

(Convocatória da Assembleia Geral comum)

1 -As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de anúncios insertos em dois jornais diários, no jornal do Clube, no sítio oficial do Clube e publicado nos moldes previstos para os actos das sociedades comerciais, com a antecedência mínima de oito dias, se o prazo não dever ser superior por disposição dos presentes estatutos.

2 - As Assembleias Gerais comuns só podem funcionar, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios com direito de voto; quando tal não se verificar, funcionarão meia hora depois, em segunda convocação, seja qual for o número de sócios presentes, se o aviso convocatório assim o determinar.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 52º

(Convocatória da Assembleia Geral comum)

1-As Assembleias Gerais **são serão** convocadas por meio de anúncios insertos em dois jornais diários, no jornal do Clube, no sítio oficial do Clube e publicado nos moldes previstos para os actos das sociedades comerciais, com a antecedência mínima de oito dias, se o prazo não dever ser superior por disposição dos presentes estatutos.

2 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 53º

(Composição da Mesa da Assembleia Geral)

1 - A Mesa da Assembleia Geral compõe-se dos seguintes membros:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) três Secretários.

2 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral de-

verá ter, pelo menos vinte anos de inscrição ininterrupta como sócio efectivo A, e ter pago ininterruptamente, pelo menos nos últimos vinte anos anteriores à data de eleição, as quotas de valor máximo do escalão de base.

3 - Pode haver membros suplentes em número não inferior a dois e não superior a três.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 54º

(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

1 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral é a entidade mais representativa do Clube e tem por atribuições, além do mais que se encontre como tal consignado nos presentes estatutos:

a) convocar a Assembleia Geral, indicando a ordem de trabalhos respectiva;

b) dar posse aos sócios eleitos para os respectivos cargos, mediante auto que mandará lavrar e que assinará;

c) praticar todos os outros actos que sejam da sua competência nos termos legais, estatutários, regulamentares ou regimentais.

2 - O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente; na falta ou impedimento deste, pelos restantes membros da mesa, segundo a ordem por que foram indicados na lista em que hajam sido eleitos; na falta ou impedimento de todos, será o Presidente substituído pelo Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar ou por quem o deva substituir.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

SECÇÃO III - Conselho Directivo

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 55º

(Composição do Conselho Directivo)

1 - O Conselho Directivo será composto por um número impar de membros não inferior a cinco nem superior a onze, sendo um o Presidente, que terá voto de qualidade, outro ou outros, em número não superior a cinco, Vice-Presidentes, e os restantes Vogais.

2 - Pode haver membros suplentes em número não inferior a dois e não superior a quatro.

3 - A composição do Conselho Directivo obedecerá às seguintes regras:

a) um terço dos seus membros terão de ter, pelo menos, vinte anos de inscrição ininterrupta como sócios efectivos A, e de ter pago ininterruptamente, pelo menos nos últimos vinte anos anteriores à data de eleição, as quotas de valor máximo do escalão de base.

b) um terço dos seus membros terão de ter, pelo menos, quinze anos de inscrição ininterrupta como sócios efectivos A, e de ter pago ininterruptamente, pelo menos nos últimos quinze anos anteriores à data de eleição, as quotas de valor máximo do escalão base.

4 - Se a divisão do número de membros do Conselho Directivo por três não produzir número inteiro, valerá o número inteiro imediatamente inferior.

5 - Ressalvados os casos de cessação do mandato da totalidade dos titulares do respectivo órgão social nos termos dos presentes estatutos, as vagas que se verificarem são preenchidas por passagem de suplentes, se os houver, a efectivos, segundo a ordem por que se encontraram indicados na lista em que os membros houverem sido eleitos.

6 - O Conselho Directivo poderá designar, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva, composta por três ou cinco membros e que poderão ser remunerados enquanto estiverem no exercício de funções, à qual serão delegados poderes determinados para a gestão corrente do Clube.

7 - O Conselho Directivo proporá à Comissão de Remunerações que estabeleça o montante devido aos elementos que compõem a comissão executiva, como contrapartida do desempenho das respectivas funções.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 55º

(Composição do Conselho Directivo)

1 - O Conselho Directivo será composto por um número impar de membros não inferior a cinco nem superior a onze, sendo um o Presidente **do Conselho Directivo, que presidirá ao órgão** e que terá voto de qualidade, outro ou outros, em número não superior a cinco, Vice-Presidentes, e os restantes Vogais.

2 - ...

3 - A composição do Conselho Directivo obedecerá

às seguintes regras:

a) um terço dos seus membros **têm terão** de ter, pelo menos, vinte anos de inscrição ininterrupta como sócios efectivos A, e de ter pago ininterruptamente, pelo menos nos últimos vinte anos anteriores à data de eleição, as quotas de valor máximo do escalão de base.

b) um terço dos seus membros **têm terão** de ter, pelo menos, quinze anos de inscrição ininterrupta como sócios efectivos A, e de ter pago ininterruptamente, pelo menos nos últimos quinze anos anteriores à data de eleição, as quotas de valor máximo do escalão base.

4 - ...

5 - ...

6 - O Conselho Directivo **pode poderá** designar, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva, composta por três ou cinco membros e que **podem poderão** ser remunerados enquanto estiverem no exercício de funções, à qual **são serão** delegados poderes determinados para a gestão corrente do Clube.

7 - O Conselho Directivo proporá à Comissão de Remunerações que estabeleça o montante devido aos elementos que compõem a comissão executiva, como contrapartida do desempenho das respectivas funções.

[INOVO]

Artigo 55-A°

(Competência do Presidente do Conselho Directivo)

1 - Sem prejuízo e além do mais que se encontre consignado nos presentes estatutos, o Presidente do Conselho Directivo do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, tem por competências:

a) convocar e presidir as reuniões do Conselho Directivo e propor a respectiva ordem de trabalhos; b) criar e extinguir um conselho estratégico, composto por um número ímpar de membros, não superior a 15, que se designará “Conselho Leonino”, em homenagem a todos os sócios que serviram o Clube enquanto conselheiros leoninos; este conselho estratégico terá natureza meramente consultiva do Presidente do Conselho Directivo, tendo em vista a recolher aconselhamento na definição de estratégias a seguir para o desenvolvimento a médio e a longo prazo das actividades do Clube; c) praticar todos os actos que sejam da sua competência, nos termos legais ou estatutários.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 56°

(Competências do Conselho Directivo)

1- O Conselho Directivo é o órgão colegial de administração do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e tem a função geral de promover e dirigir as actividades associativas, praticando os actos de gestão, representação, disposição e execução de deliberações de outros órgãos, que se mostrem adequados para a realização dos fins do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL ou para a aplicação do estabelecido nestes estatutos.

2 - Compete, designadamente, ao Conselho Directivo:

a) definir e dirigir a política desportiva do Clube; b) superintender no exercício, directo ou indirecto, pelo SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, de actividades comerciais; c) designar, entre os sócios, os representantes do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL nas assembleias gerais das sociedades desportivas e comerciais em que o Clube participe, e dar-lhes, se assim o entender e com os limites dos presentes estatutos, instruções, bem como designar quaisquer titulares de órgãos do o SPORTING CLUBE DE PORTUGAL tenha o direito de indicar nas referidas sociedades; d) fornecer ao Conselho Fiscal e Disciplinar quaisquer elementos por este solicitados; e) arrecadar as receitas e ordenar as despesas, em conformidade com as normas orçamentais; f) apreciar as propostas para admissão de sócios, autorizar as mudanças de categoria e excluí-los, nos termos dos presentes estatutos; g) promover a edição, editar e explorar o Jornal e o Sítio do Clube; h) admitir, dispensar pessoal e determinar-lhe as funções, categorias e remunerações e exercer sobre o mesmo o poder disciplinar; i) representar o Clube nos órgãos associativos e federativos ou delegar a mesma representação em sócios de reconhecida idoneidade.

3 - A designação de representantes em assembleias gerais, prevista na alínea c) do número anterior, pode reportar-se a todas as reuniões que ocorram

em período que não exceda dois anos, e pode referir-se sucessivamente a diversos sócios, cabendo, em qualquer desses casos, ao Presidente do Conselho Directivo, ou a quem o substituir, emitir as cartas mandadeiras para cada reunião.

4 - O Conselho Directivo deve, nos termos estatutários, submeter à Assembleia Geral para aprovação o orçamento anual, o relatório de gestão e as contas do exercício.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 56°

(Competências do Conselho Directivo)

1 - ...

2 - Compete, designadamente, ao Conselho Directivo:

a)...

b)...

c)...

d)...

e) obter **os rendimentos e executar os gastos e investimentos**, em conformidade com as normas orçamentais;

f)...

g)...

h)...

i)...

3 - ...

4 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 57°

(Funcionamento do Conselho Directivo e forma de obrigar)

1 - As reuniões do Conselho Directivo serão presididas pelo respectivo Presidente ou, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Presidente por si designado.

2 - O Conselho Directivo, salvo no mês de Agosto, reúne, pelo menos, uma vez por mês ou sempre que tal seja decidido pelo seu Presidente ou por um terço dos seus membros.

3 - O Conselho Directivo não pode reunir sem que esteja presente a maioria dos seus membros em efectividade de funções e as suas deliberações são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes.

4 - O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL obriga-se pela assinatura de dois membros do Conselho Directivo, um dos quais o Presidente, sem prejuízo da delegação de poderes nos membros da Comissão Executiva e da constituição de procuradores.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 57°

(Funcionamento do Conselho Directivo e forma de obrigar)

1 - As reuniões do Conselho Directivo **são serão** presididas pelo respectivo Presidente ou, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Presidente por si designado.

2 - ...

3 - ...

4 - ...

SECÇÃO IV - Conselho Fiscal e Disciplinar

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 58°

(Composição do Conselho Fiscal e Disciplinar)

1 - O Conselho Fiscal e Disciplinar é composto por sete membros efectivos, um dos quais será o Presidente e outro Vice-Presidente.

2 - Pode haver membros suplentes em número não inferior a dois e não superior a três.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 59°

(Competências do Conselho Fiscal e Disciplinar)

1 - Compete ao Conselho Fiscal e Disciplinar:

a) dar parecer sobre qualquer assunto a pedido do Conselho Directivo relativo à gestão do Clube;

b) dar parecer sobre as propostas de orçamento anual e orçamentos suplementares elaborados pelo Conselho Directivo;

c) dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas;

d) dar parecer sobre as propostas do Conselho Directivo relativas às matérias referidas nas alíneas i, l) e m) do número 1 do artigo 43°, antes da sua submissão à Assembleia Geral ou ao Conselho Leonino;

e) dar parecer sobre os demais assuntos que expressamente lhe sejam cometidos nos estatutos;

f) fiscalizar os actos administrativos e financeiros

do Conselho Directivo, procedendo ao exame periódico dos documentos contabilísticos do Clube e verificando a legalidade dos pagamentos efectuados, assim como das demais despesas;

g) dar parecer relativamente aos empréstimos e outras operações de crédito que sejam da competência do Conselho Directivo e que representem pelo menos dez por cento das receitas orçamentais para o respectivo exercício;

h) proceder à análise de participações ou queixas que lhe forem apresentadas pelos outros órgãos sociais, ou por, pelos menos, dez sócios efectivos, contra qualquer sócio do Clube, mesmo que o visado seja membro de qualquer dos órgãos sociais em exercício. Proceder, por iniciativa própria ou no seguimento das participações ou queixas, a instauração de processo disciplinar, deliberando, por maioria de, pelo menos, dois terços dos membros em efectividade de funções, no que respeita à aplicação da sanção. Caso o arguido seja membro do Conselho Fiscal e Disciplinar, não poderá participar na instrução do processo disciplinar, nem na votação da sanção, não sendo considerado para a determinação da maioria de dois terços referida nesta alínea;

i) obter do Conselho Directivo, ou de qualquer dos seus membros, as informações e esclarecimentos que tenha por necessários sobre quaisquer operações de relevância económica ou financeira, realizadas ou em curso, desde que, na sequência da fiscalização e análises efectuadas, como preceituado na alínea f) deste número, tenham surgido dúvidas quanto à sua adequação aos interesses do Clube;

j) participar ao Conselho Directivo quaisquer irregularidades, ou indício delas, que tenha detectado no exercício das suas funções e que sejam susceptíveis de imputação a empregados ou colaboradores do Clube, para que o Conselho Directivo ordene as averiguações necessárias à confirmação e identificação dos autores, e promova o que caiba para a devida responsabilização.

2 - Quando estiver em causa irregularidade imputada a membro do Conselho Directivo, e sem prejuízo do competente processo disciplinar, o Conselho Fiscal e Disciplinar participará o facto ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

3 - Os membros do Conselho Fiscal e Disciplinar são pessoal e solidariamente responsáveis com o infractor pelas respectivas irregularidades, se delas tiverem tomado conhecimento e não tiverem adoptado as providências adequadas.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 59°

(Competências do Conselho Fiscal e Disciplinar)

1 - Compete ao Conselho Fiscal e Disciplinar:

a)...

b)...

c)...

d)...

e)...

f) fiscalizar os atos administrativos e financeiros do Conselho Directivo, procedendo ao exame periódico dos documentos contabilísticos do Clube e verificando a legalidade e conformidade estatutária **dos rendimentos obtidos, e dos gastos e investimentos realizados**;

g) dar parecer relativamente aos empréstimos e outras operações de crédito que sejam da competência do Conselho Directivo e que representem pelo menos dez por cento dos **gastos e investimentos orçamentados para o ano**;

h)...

i)...

j)...

2 - ...

3 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 60°

(Funcionamento do Conselho Fiscal e Disciplinar)

1 - O Conselho Fiscal e Disciplinar não pode reunir sem que esteja presente a maioria do número dos seus membros em efectividade de funções e as suas deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

2 - As vagas que se verifiquem no Conselho Fiscal e Disciplinar são preenchidas por passagem de suplentes, se os houver, a efectivos, segundo a ordem por que se encontraram indicados na lista em que os membros houverem sido eleitos.

3 - O Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar é substituído, nas suas faltas, ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente, ou, não o havendo, por quem o Presidente tiver designado, ou ainda,

na falta de designação, por quem o próprio Conselho indicar.

4 - O Conselho Fiscal e Disciplinar pode ser convocado pelo seu Presidente ou por dois dos seus membros efectivos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SEM ALTERAÇÕES

REDACÇÃO ACTUAL

SECÇÃO V - Conselho Leonino

Artigo 61°

(Composição do Conselho Leonino)

1 - O Conselho Leonino é um órgão deliberativo e consultivo composto pelos seguintes membros:

a) pelo Presidente, Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou quem os substitua nos termos dos presentes estatutos;

b) por 50 (cinquenta) Conselheiros, eleitos em Assembleia Geral.

2 - Têm assento no Conselho Leonino, sem direito a voto:

a) os demais membros dos Órgãos Sociais;

b) os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal e Disciplinar do exercício imediatamente anterior ou, se a pessoa for a mesma do exercício presente com igual qualidade, o primeiro titular que a haja antecedido;

c) o sócio número um do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e os Presidentes do Grupos Cinqüentenários e Stomp e dos Leões de Portugal, em exercício.

d) um representante dos Núcleos eleito no Encontro Nacional dos Núcleos e Delegações.

3 - Cada lista candidata, constituída obrigatoriamente por sócios efectivos A com, pelo menos, cinco anos de inscrição ininterrupta na categoria, e que tenham pago de forma ininterrupta, pelo menos no últimos cinco anos anteriores à eleição, as quotas de valor máximo do escalão de base, deverá apresentar membros suplentes em número não inferior a cinco e não superior a dez.

4 - Nas votações no Conselho Leonino, a cada membro corresponderá um voto, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

5 - Dentro de cada lista, o apuramento dos eleitos far-se-á segundo a ordem de propositura dos candidatos dela constante.

6 - As substituições dos membros do Conselho Leonino serão efectuadas mediante a designação do elemento imediatamente seguinte, efectivo ou suplente, que conste da lista da qual haja feito parte o elemento a substituir.

Artigo 62°

(Competências do Conselho Leonino)

1 - Compete ao Conselho Leonino, além do mais que se encontre como tal consignado nos presentes estatutos:

a) velar pela observância dos Estatutos;

b) exercer as competências delegadas pela Assembleia Geral, nos termos do número 2 do Artigo 43°;

c) dar parecer sobre quaisquer assuntos de interesse para o Clube, a solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou do Conselho Directivo;

d) tomar conhecimento do relatório de gestão e das contas do exercício previamente à sua apresentação à Assembleia Geral, e pronunciar-se, a título consultivo, sobre o mesmo;

d) apresentar sugestões ao Conselho Directivo e ao Conselho Fiscal e Disciplinar sobre questões relevantes da actividade do Clube;

e) dar cumprimento às atribuições estatutárias que lhe são expressamente cometidas;

f) aprovar e modificar o seu regimento.

2 - A presidência do Conselho Leonino pertence ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a quem o substitua, que dirige, coadjuvado pelos restantes membros da Mesa.

3 - As reuniões do Conselho Leonino são convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa ou a requerimento do Presidente do Conselho Directivo, do Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar ou de, pelo menos, um quinto dos Conselheiros.

4 - O Conselho Leonino não pode reunir ou deliberar sem que estejam presentes pelo menos metade dos Conselheiros.

5 - O Conselho Leonino pode criar comissões para o estudo de quaisquer assuntos relevantes para as actividades do Clube.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

SECÇÃO V - Conselho Leonino

Artigo 61°

(Composição do Conselho Leonino)

PROPOSTAS À ASSEMBLEIA-GERAL DE 3 DE FEVEREIRO DE 2018

1 – O Conselho Leonino é um órgão deliberativo e consultivo composto pelos seguintes membros:
a) pelo Presidente, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou quem os substitua nos termos dos presentes estatutos;
b) por 50 (cinquenta) Conselheiros, eleitos em Assembleia Geral.

2 – Têm assento no Conselho Leonino, sem direito a voto:

a) os demais membros dos Órgãos Sociais;
b) os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal e Disciplinar do exercício imediatamente anterior ou, se a pessoa for a mesma do exercício presente com igual qualidade, o primeiro titular que a haja antecedido;

c) o sócio número um do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e os Presidentes dos Grupos Cinquentenários e Stromp e dos Leões de Portugal, em exercício;
d) um representante dos Núcleos eleito no Encontro Nacional dos Núcleos e Delegações.

3 – Cada lista candidata, constituída obrigatoriamente por sócios efectivos A com, pelo menos, cinco anos de inscrição ininterrupta na categoria, e que tenham pago de forma ininterrupta, pelo menos no últimos cinco anos anteriores à eleição, as quotas de valor máximo do escalão de base, deverá apresentar membros suplentes em número não inferior a cinco e não superior a dez.
4 – Nas votações no Conselho Leonino, a cada membro corresponderá um voto, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.
5 – Dentro de cada lista, o apuramento dos eleitos far-se-á segundo a ordem de propositura dos candidatos dela constante.

6 – As substituições dos membros do Conselho Leonino serão efectuadas mediante a designação do elemento imediatamente seguinte, efectivo ou suplente, que conste da lista da qual haja feito parte o elemento a substituir.
Artigo 62º
(Competências do Conselho Leonino)
1 – Compete ao Conselho Leonino, além do mais que se encontre como tal consignado nos presentes estatutos:
a) velar pela observância dos Estatutos;
b) exercer as competências delegadas pela Assembleia Geral, nos termos do número 2 do Artigo 43º;
c) dar parecer sobre quaisquer assuntos de interesse para o Clube, a solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou do Conselho Directivo;
d) tomar conhecimento do relatório de gestão e das contas do exercício previamente à sua apresentação à Assembleia Geral, e pronunciar-se, a título consultivo, sobre o mesmo;
d) apresentar sugestões ao Conselho Directivo e ao Conselho Fiscal e Disciplinar sobre questões relevantes da actividade do Clube;
e) dar cumprimento às atribuições estatutárias que lhe são expressamente cometidas;
f) aprovar e modificar o seu regimento.

2 – A presidência do Conselho Leonino pertence ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a quem o substitua, que dirige, coadjuvado pelos restantes membros da Mesa.
3 – As reuniões do Conselho Leonino são convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa ou a requerimento do Presidente do Conselho Directivo, do Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar ou de, pelo menos, um quinto dos Conselheiros.

4 – O Conselho Leonino não pode reunir ou deliberar sem que estejam presentes pelo menos metade dos Conselheiros.
5 – O Conselho Leonino pode criar comissões para o estudo de quaisquer assuntos relevantes para as actividades do Clube.

CAPITULO VI - FILIAIS, DELEGAÇÕES, NÚCLEOS E ORGANIZAÇÕES

SECÇÃO I - Disposições Genéricas

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 63º

(Família Leonina)

1 - Integram-se na família leonina:

a) as Filiais do Clube, compreendendo-se por tal qualquer clube desportivo, legalmente constituído, em cuja denominação figure a palavra “SPORTING” e ao qual a integração na família leonina haja sido, ou seja, a seu pedido concedida;

b) as Delegações, compreendendo-se por tal

qualquer associação desportiva, legalmente constituída com denominação própria e à qual a integração na família leonina haja sido concedida a requerimento daquela. Para esse efeito, as Delegações terão que consagrar nos seus estatutos tal exigência e fazer prova que os Presidentes da Direcção, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e, no mínimo, mais três dos membros eleitos para cada um dos órgãos sociais, são sócios efectivos do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

c) os Núcleos, em cuja denominação haverá referência ao carácter sportinguista, que agrupam sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, de qualquer categoria, numa base territorial e pretendem manter e promover a unidade e a solidariedade da família leonina;

d) as Organizações, designadamente, as claques legalmente organizadas, que, seja qual for a sua denominação, agrupam, sem base territorial, sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e pretendam manter e promover a unidade e a solidariedade da família leonina.

2 - As qualidades referidas nas alíneas a) e b) do número 1 só poderão ser atribuídas perante voto expresso da Assembleia Geral do clube peticionário, vindo o processo instruído com uma cópia da ata respectiva e um exemplar dos estatutos.

3 - Os Núcleos constituem, pela espontaneidade da sua formação, o modo normal de congregação dos sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, estando obrigados a constituir-se legalmente e a formular o respectivo pedido de registo no Clube, bem como a revelar, no pedido de registo, a composição dos seus órgãos sociais, com a indicação do número de sócio do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

4 - A atribuição da qualidade de Filial e de Delegação e o reconhecimento dos Núcleos e das Organizações pertencem ao Conselho Directivo.

5 - Os Presidentes das Direcções dos Núcleos e das Organizações têm de ser sócios efectivos A do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e pagar quotas correspondentes ao valor máximo do escalão de base.

6 - Todos os membros dos Órgãos Sociais das Organizações deverão ser sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, devendo os órgãos sociais dos Núcleos e das Organizações integrar pelo menos, três sócios efectivos A do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL os quais deverão pagar quotas correspondentes ao valor máximo do escalão de base.

7 - Em condições a estabelecer pelo Conselho Directivo, no orçamento anual o SPORTING CLUBE DE PORTUGAL deverá compensar os Núcleos com uma quantia monetária que varie em função da receita produzida pelos sócios efectivos desses Núcleos e outros parâmetros financeiros a definir pelo Conselho Directivo.

8 - Dentro das suas possibilidades, o SPORTING CLUBE DE PORTUGAL proporcionará apoio às entidades acima referidas.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 63º 61º

(Família Leonina)

1- ...

a)...

b)As Delegações, compreendendo-se por tal **como grupos de associados do Sporting Clube de Portugal, residentes fora do território nacional, que terão denominação própria qualquer associação desportiva, legalmente constituída com denominação própria** e à qual a integração na família leonina haja sido concedida a requerimento daquela. Para esse efeito, as Delegações terão **um regulamento de constituição e funcionamento próprio que consagrar nos seus estatutos tal exigência e fazer e terão que fazer prova que os Presidentes da Direcção, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e, que no mínimo, mais três cinco** dos seus membros **eleitos para cada um dos órgãos sociais**, são sócios efectivos do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.

c) Os Núcleos, em cuja denominação haverá referência ao carácter sportinguista, que agrupam sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, de qualquer categoria, **numa base territorial e que pretendem manter e promover a unidade e a solidariedade da família leonina, designadamente, os grupos organizados de adeptos (GOA), constituídos e organizados nos termos da lei, a Fundação Sporting**

d) as Organizações que, seja qual for a sua denominação, agrupam, sem base territorial, sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e pretendam manter e promover a unidade e a solidariedade da família leonina, designadamente, os grupos organizados de adeptos (GOA), constituídos e organizados nos termos da lei, a Fundação Sporting

Clube de Portugal, IPSS, Leões de Portugal IPSS, o Grupo “Os Cinquentenários” e o Grupo Stromp.

2 - As qualidades referidas nas alíneas a) e b) do número 1 só **podem** ser atribuídas perante voto expresso da Assembleia Geral do clube peticionário, vindo o processo instruído com uma cópia da ata respectiva e um exemplar dos estatutos.

3 - ...

4 -

5 - ...

6 - Todos os membros dos Órgãos Sociais das Organizações **devem** ser sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, devendo os órgãos sociais dos Núcleos e das Organizações integrar pelo menos, três sócios efectivos A do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL os quais **devem** pagar quotas correspondentes ao valor máximo do escalão de base.

7 - Em condições a estabelecer pelo Conselho Directivo, no orçamento anual o SPORTING CLUBE DE PORTUGAL **deve** compensar os Núcleos com uma quantia monetária que varie em função da receita produzida pelos sócios efectivos desses Núcleos e outros parâmetros financeiros a definir pelo Conselho Directivo.

8 - ...

9 - [NOVO] - A relação entre o Clube e cada um das entidades que integram a Família Leonina será regulada por meio de protocolo, acordo ou regulamento, a definir pelo Conselho Directivo.

10 - [NOVO] As entidades que integram a Família Leonina estão sujeitas a possível expulsão da mesma, por deliberação do Conselho Directivo, nas situações abaixo:

a) a não outorga dos documentos previstos no número anterior, ou o seu incumprimento;

b) o desrespeito dos estatutos, regulamentos internos do Clube e deliberações dos órgãos sociais;

c) o comportamento que desprestigie por qualquer forma o Clube ou que atente contra, prejudique ou por qualquer forma impeça o normal exercício de funções dos órgãos sociais do Clube;

d) a injúria, difamação ou ofensa aos órgãos sociais do Clube, ou qualquer dos seus membros, durante ou por causa do exercício das suas funções no Clube;

e) sempre que com a sua actividade desvirtuem os fins para que foram criados;

SECÇÃO II - Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 64º

(Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações)

1 - Poderá ser criado pelo Conselho Directivo, que aprovará o respectivo regulamento, sob parecer do Conselho Leonino, um Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações, com funções consultivas, o qual será composto por três delegados designados pelo Conselho Directivo do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e um delegado de cada Filial, Delegação, Núcleo e Organização.

2 - Todos os delegados deverão ser sócios efectivos A do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e pagar quotas de valor máximo do escalão de base.

3 - Poderá o Conselho Directivo constituir no âmbito do Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações outras comissões nomeadamente para as Filiais enquanto colectividades desportivas e uma outra comissão para as Claques.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 64º 62º

(Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações)

1 - **Pode** ser criado pelo Conselho Directivo, que aprovará o respectivo regulamento, **sob parecer do Conselho Leonino**, um Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações, com funções consultivas, o qual será composto por três delegados designados pelo Conselho Directivo do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e um delegado de cada Filial, Delegação, Núcleo e Organização.

2 - Todos os delegados **devem** ser sócios efectivos A do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL e pagar quotas de valor máximo do escalão de base.

3 - **Pode** o Conselho Directivo constituir no âmbito do Conselho de Filiais, Delegações, Núcleos e Organizações outras comissões nomeadamente para as Filiais enquanto colectividades desportivas e uma outra comissão para as Claques.

SECÇÃO III - Do Congresso Leonino

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 65º

(Congresso Leonino)

1 - O Congresso Leonino, a realizar de quatro em quatro anos, tem por objectivo congregar os sócios do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL no estudo dos problemas fundamentais da educação física, dos desportos e das actividades culturais e recreativas e, bem assim, afirmar o espírito de solidariedade entre os desportistas portugueses em geral e os sportinguistas em particular.

2 - O Conselho Directivo promoverá a realização do Congresso Leonino, em território nacional ou no estrangeiro, conforme as circunstâncias o aconselharem, com audiência prévia dos órgãos sociais, em plenário.

3 - A orgânica e o funcionamento do Congresso Leonino constarão de regulamento próprio, a elaborar pelo Conselho Directivo e a aprovar pelo Conselho Leonino.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 65º 63º

(Congresso Leonino)

1 - ...

2 - ...

3 - A orgânica e o funcionamento do Congresso Leonino constarão de regulamento próprio, a elaborar pelo Conselho Directivo e a aprovar pelo Conselho **Leonino Directivo**.

CAPITULO VII

Disposições Gerais

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 66º

(Ano associativo)

O ano associativo decorrerá de um de Julho de um ano de calendário a trinta de Junho do ano de calendário seguinte.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 66º 64º

(Ano associativo)

...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 67º

(Prorrogação de prazos)

Sempre que nos três meses que antecedam o termo dos prazos mencionados no número 1 do artigo 32º e no número 1 do artigo 35º, ocorram eleições para o Conselho Directivo ou para o Conselho Fiscal e Disciplinar, esses prazos consideram-se automaticamente prorrogados para três meses após a tomada de posse dos eleitos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 67º 65º

(Prorrogação de prazos)

...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 68º

(Dissolução do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL)

1 - A dissolução do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL só poderá ser deliberada em Assembleia Geral, expressamente convocada para esse fim, será tomada por votação nominal e terá de ser aprovada por três quartos do número dos sócios com representação estatutária em Assembleia Geral.

2 - Em caso de dissolução, a Assembleia estabelecera, nos termos e com os limites da lei, as regras por que se regerá a liquidação, procurando salvaguardar os troféus e medalhas, o mesmo devendo fazer quanto a outros bens e valores do Clube, os quais, contudo não poderão ser distribuídos pelos associados.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 68º 66º

(Dissolução do SPORTING CLUBE DE PORTUGAL)

1 - ...

2 - ...

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 69º

(Alteração dos estatutos)

As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem a maioria qualificada de, pelo menos, três quartos dos votos dos associados presentes.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 69º 67º

(Alteração dos estatutos)

1 - As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem a maioria qualificada de, pelo menos, três quartos dos votos dos associados presentes.

2 - As alterações de estatutos aprovadas entram em vigor na data da outorga da escritura respectiva, sem prejuízo do disposto do número 3 do Artigo 168º do Código Civil e do cumprimento de out-

REGULAMENTO DISCIPLINAR

ros requisitos legais que sejam aplicáveis, passam a constituir a lei fundamental do Clube e revogam quaisquer outros.

3 – Exceptuam-se do disposto no número anterior as regras relativas à composição, funções e eleição dos órgãos, que entrarão em vigor no próximo acto eleitoral a que haja lugar.

4 – O Conselho Directivo deve lavrar a escritura referida no número anterior no prazo de trinta dias sobre a deliberação de aprovação dos presentes estatutos.

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 70º

(Entrada em vigor)

1 – Os presentes estatutos, aprovados na reunião da Assembleia Geral de 23 de Julho de 2011, entram em vigor na data da outorga da escritura respectiva, sem prejuízo do disposto do número 3 do Artigo 168º do Código Civil, passam a constituir a lei fundamental do Clube e revogam quaisquer outros.

2 – Exceptua-se do disposto no número anterior as regras relativas à composição, funções e eleição dos órgãos, que entrarão em vigor no próximo ato eleitoral a que haja lugar.

3 – O Conselho Directivo deve lavrar a escritura referida no número anterior no prazo de trinta dias sobre a deliberação de aprovação dos presentes estatutos.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 70º

(Entrada em vigor)

1 – Os presentes estatutos, aprovados na reunião da Assembleia Geral de 23 de Julho de 2011, entram em vigor na data da outorga da escritura respectiva, sem prejuízo do disposto do número 3 do Artigo 168º do Código Civil, passam a constituir a lei fundamental do Clube e revogam quaisquer outros.

2 – Exceptua-se do disposto no número anterior as regras relativas à composição, funções e eleição dos órgãos, que entrarão em vigor no próximo ato eleitoral a que haja lugar.

3 – O Conselho Directivo deve lavrar a escritura referida no número anterior no prazo de trinta dias sobre a deliberação de aprovação dos presentes estatutos.

CAPITULO VIII

Disposições Transitórias

REDACÇÃO ACTUAL

Artigo 71º

(Sócios Correspondentes)

1 – É extinta a subcategoria de sócios correspondentes.

2 – Aos sócios correspondentes que, no prazo de seis meses após a entrada em vigor dos números 2 a 8 do artigo 20º, se integrem no escalão base de quotas, será aplicado o número 4 do artigo 20º e verão a sua antiguidade até aí contada nos termos do número 7 daquele artigo.

3 – Aos sócios correspondentes que, no prazo de seis meses após a entrada em vigor dos números 2 a 8 do artigo 20º, se integrem no escalão inferior ao escalão base de quotas, será aplicado o número 6 do artigo 20º e verão a sua antiguidade até aí contada nos termos do número 7 daquele artigo.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES

Artigo 71º 68º

(Sócios Correspondentes)

1 - ...

2 - ...

3 - ...

ASSEMBLEIA GERAL DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL

17 de fevereiro de 2018

Ponto 2 da Ordem de Trabalhos

O Conselho Directivo propõe que Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal de 17 de fevereiro de 2018 discuta e delibere aprovar o Regulamento Disciplinar, em anexo, o qual contém o regime aplicável às infrações disciplinares praticadas pelos Sócios do Sporting Clube de Portugal.

Lisboa 5 de Fevereiro de 2018

Conselho Directivo do Sporting Clube de Portugal

Sporting Clube de Portugal Regulamento Disciplinar Regulamento aprovado na Assembleia Geral de [17 de fevereiro de 2018]

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Objecto)

O presente regulamento contém o regime aplicável às infrações disciplinares praticadas pelos Sócios do Sporting Clube de Portugal (SCP).

Artigo 2.º

(Deveres)

1. O Sócio deve proceder de boa fé no exercício dos seus direitos e no cumprimento das respectivas obrigações.

2. O Sócio obriga-se a cumprir os deveres definidos nos Estatutos, regulamentos internos do Clube, deliberações dos órgãos sociais e nos demais actos normativos aprovados pelo SCP.

Artigo 3.º

(Infração disciplinar)

1. Constitui infracção disciplinar o comportamento do Sócio, por acção ou omissão, doloso ou negligente, que viole qualquer dever geral, especial ou funcional ligado ao seu estatuto de sócio ou de membro de órgão social do SCP ou de outra pessoa colectiva para a qual tenha sido designado ou eleito pelo SCP ou na qual exerça funções de representação do SCP ou de membro de qualquer das entidades que integrem a Família Leonina.

2. A tentativa é punível quando o sócio tenha praticado, ou dado início, a actos de execução de um facto que constitua em si uma infracção, não se tendo a mesma produzido por qualquer razão que não seja apenas a desistência voluntária do Sócio.

3. Para efeitos do disposto no número 1, consideram-se infracções disciplinares, nomeadamente, as seguintes:

a) Desrespeitar os estatutos, os regulamentos internos, deliberações dos órgãos sociais e outros actos normativos do SCP;

b) Injuriar, difamar ou ofender o SCP, os seus órgãos sociais ou qualquer dos seus membros, durante ou por causa do exercício das suas funções;

c) Proferir expressões ou cometer actos, dentro ou fora das instalações do SCP, ofensivos da moral pública;

d) Atentar contra, prejudicar ou por qualquer outra forma impedir o normal e legítimo exercício de funções dos órgãos sociais do Clube;

e) Atentar contra a dignidade humana de uma pessoa ou grupo, nomeadamente através da discriminação em função da raça, religião, etnia, género ou qualquer motivo previsto no artigo 3º número 2 dos Estatutos;

f) Nos eventos do SCP, utilizar o Clube, ou as suas instalações, para fazer propaganda política, religiosa ou ideológica;

g) Não desempenhar as funções para as quais for eleito nos órgãos sociais do SCP, ou noutra pessoa colectiva para a qual tenha sido designado ou indicado pelo SCP ou na qual exerça funções de representação do SCP, ou em qualquer das entidades que integrem a Família Leonina, com solidariedade, dedicação, zelo e diligência e não guardar lealdade ao SCP, nomeadamente negociando por conta própria ou alheia em concorrência com as pessoas colectivas referidas, ou divulgando informações referentes à sua organização, métodos de produção, negócios, segredos comerciais e know-how;

h) Praticar quaisquer actos que provoquem prejuízos morais ou materiais para o Clube, sociedades participadas, directa ou indirectamente, pelo Clube e para as entidades que integrem a Família Leonina;

i) Praticar actos ou adoptar comportamentos, no âmbito da actividade de grupos reconhecidos ou identificados com o Sporting Clube de Portugal, ofensivos ou injuriosos de qualquer membro dos Órgãos Sociais do Sporting Clube de Portugal, ou em violação dos deveres previstos nos presentes estatutos.

Artigo 4.º

(Sanção disciplinar)

1. No exercício do direito disciplinar, o SCP pode aplicar as seguintes sanções:

a) Admoestação;

b) Repreensão registada;

c) Suspensão;

d) Expulsão.

2. A sanção disciplinar deve ser proporcional à gravidade da infracção e à culpabilidade do infrator, não podendo aplicar-se mais de uma pela mesma infracção

3. A sanção disciplinar de suspensão não pode exceder o prazo de oito anos.

4. No caso de infracção disciplinar no exercício ou por causa de actividade em órgãos sociais do SCP ou de outra pessoa colectiva para a qual tenha sido designado ou eleito pelo SCP ou na qual exerça funções de representação do SCP ou enquanto

membro de qualquer das entidades que integrem a Família Leonina, à qual seja aplicada uma sanção de suspensão superior a 60 dias ou sanção de expulsão, pode ser determinada a aplicação da sanção acessória de perda de mandato e proibição de exercício de funções em órgãos estatutários do SCP durante um período máximo de 8 anos.

Artigo 5.º

(Atenuantes e agravantes)

1. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

a) A ausência de sanções disciplinares anteriores;

b) A confissão espontânea da infracção;

c) A provocação;

d) Os serviços relevantes prestados ao Clube;

e) Qualquer facto que diminua a responsabilidade do infrator.

2. Consideram-se circunstâncias agravantes:

a) A prática da infracção no exercício ou por causa de actividade em órgãos sociais do SCP ou de outra pessoa colectiva para a qual tenha sido designado, bem como de actividade como colaborador ou trabalhador do SCP;

b) A reincidência;

c) A acumulação de infracções;

d) A premeditação;

e) A combinação com outrem para a prática da infracção;

f) A dissimulação da infracção;

g) A prática da infracção com o objectivo de impedir a detecção ou a punição de outra infracção;

h) O grau de lesão dos direitos e interesses, patrimoniais e não patrimoniais, do SCP;

f) O grau de desprestígio público para o SCP resultante da infracção disciplinar.

3. As atenuantes e agravantes a serem atendidas devem ser sobre a sanção concretamente determinada.

4. Ocorrendo circunstâncias agravantes, a sanção concretamente aplicada é agravada em 1/3.

5. Ocorrendo circunstâncias atenuantes, a sanção concretamente aplicada é reduzida em 1/3.

6. Existindo duas ou mais circunstâncias agravantes ou atenuantes, a agravação ou atenuação de cada uma delas faz-se sobre a medida da sanção resultante da aplicação de agravação ou atenuação anterior.

7. Em caso algum a sanção aplicada poderá ser superior ao dobro do limite máximo estabelecido para a sanção antes de operar a agravante.

Artigo 6.º

(Extinção da responsabilidade disciplinar)

A responsabilidade disciplinar extingue-se por:

- cumprimento da sanção;

- prescrição do procedimento disciplinar;

- morte do Sócio.

Artigo 7.º

(Aplicação no tempo)

1. Apenas é sancionável o facto descrito e declarado passível de sanção disciplinar por lei ou Estatutos do SCP em vigor no momento da sua prática.

2. As sanções são determinadas pelas normas existentes no momento da prática dos factos considerando-se, nos casos de factos continuados, a data de início da prática do ilícito.

3. Se um facto deixar de ser punível devido à entrada em vigor de nova lei ou Estatutos, cessa automaticamente qualquer processo disciplinar ou execução de condenação, ainda que esta tenha transitado em julgado.

4. Sem prejuízo do disposto no número 2, quando a norma disciplinar vigente no momento da prática do facto punível for diferente de outra que venha a estar posteriormente prevista na lei no nos Estatutos, é aplicado a sanção mais favorável ao sócio, salvo se este já tiver sido condenado e a condenação tiver transitado em julgado.

Artigo 8.º

(Prescrição da infracção disciplinar e do procedimento disciplinar)

1. O exercício do direito disciplinar prescreve cinco anos após a prática da infracção, ou no prazo de prescrição da lei penal se o facto constituir igualmente crime.

2. Sem prejuízo do disposto do número anterior, o exercício do direito disciplinar não depende de prévia decisão penal condenatória, transitada em julgado, mas o procedimento disciplinar pode ser suspenso, por decisão fundamentada do instrutor, até à sua verificação.

3. O procedimento disciplinar prescreve decorrido um ano contado da data em que é instaurado quando, nesse prazo, o Sócio não seja notificado da decisão final.

4. O prazo previsto no número anterior não é

aplicável ao inquérito prévio que pode ser instaurado para fundamentar a nota de culpa.

Artigo 9.º

(Exercício do direito disciplinar)

1. O exercício do direito disciplinar cabe, nos termos dos estatutos, ao Conselho Fiscal e Disciplinar (CFD) do SCP.

2. No exercício do seu poder disciplinar, o CFD é totalmente independente, não podendo receber ordens ou instruções de qualquer outro órgão do SCP, devendo exclusivamente obediência à Lei, aos Estatutos do SCP e a este Regulamento.

3. O CFD pode constituir um instrutor para o procedimento disciplinar, através de despacho no qual indique os poderes ou faculdades disciplinares delegadas.

4. Sem prejuízo dos números anteriores, o CFD pode recorrer a auxiliares e a peritos para casos determinados.

Artigo 10.º

(Registo das sanções)

O CFD deverá manter arquivado e organizado um registo de todas as sanções disciplinares aplicadas.

Artigo 11.º

(Indignidade)

Um Sócio que, no decurso de uma acção disciplinar, visando a sua expulsão, deixe por sua vontade de ser sócio, só poderá voltar a requerer a sua readmissão, decorridos que sejam 8 anos da sua saída.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Artigo 12.º

(Natureza)

1. O procedimento disciplinar pode resultar de participação ou queixa de outro órgão social, ou de pelo menos dez Sócios. Pode ainda ser instaurado oficiosamente pelo próprio CFD.

2. O procedimento disciplinar é autónomo de outros procedimentos, nomeadamente criminais ou civis.

Artigo 13.º

(Participação ou queixa)

1. Os Sócios, num mínimo de dez, que tenham conhecimento de que um outro Sócio praticou infração disciplinar podem participá-la, por escrito, ao CFD, devendo juntar os documentos necessários para fundamentarem a participação.

2. Quando conclua que a participação é infundada e dolosamente apresentada no intuito de prejudicar o Sócio ou que contém matéria difamatória ou injuriosa, o CFD pode dar conhecimento dos factos ao Ministério Público para os devidos efeitos, sem prejuízo de instauração de procedimento disciplinar aos referidos Sócios delatores.

3. As participações anónimas ou que não digam respeito a factos concretos serão arquivadas.

Artigo 14.º

(Direito de audiência prévia)

1. Nenhuma deliberação sobre a aplicação de sanção disciplinar poderá ser tomada sem audiência prévia do Sócio, no âmbito de procedimento disciplinar instaurado pelo CFD.

2. As sanções de admoestação ou de repreensão registada são aplicadas sem dependência de processo, mas com respeito pela audiência prévia, oral ou escrita, do Sócio.

Artigo 15.º

(Notificações e contagem de prazos)

1. As notificações a realizar ao Sócio, no âmbito de um processo disciplinar, deverão ser efetuadas por carta registada ou e-mail constante da sua ficha de associado juntos dos Serviços do SCP.

2. As notificações por carta registada presumem-se realizadas no terceiro dia posterior à data de expedição, e ainda que o expediente venha devolvido, e no caso de e-mail no próprio dia em que forem expedidas.

3. Os prazos impostos pelas notificações iniciam-se no primeiro dia útil seguinte àquele em que se presumem recebidas, nos termos previstos no n.º 2 deste Artigo.

4. Se o último dia do prazo não coincidir com dia útil ou dia em que os serviços do SCP se encontrem em funcionamento, aquele transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 16.º

(Confidencialidade)

Os factos e documentos constantes de inquérito prévio ou de procedimento disciplinar são confidenciais e mantêm essa natureza após a sua conclusão, salvo decisão do CFD em contrário.

Artigo 17.º

(Apensação e separação de processos)

1. Quando num ou mais processos, que se encon-

REGULAMENTO DISCIPLINAR

trem na mesma fase processual, se verifique que há identidade ou conexão de matéria, pode ser ordenada a sua apensação.

2. No caso de haver mais de um Sócio indiciado, pode ser ordenada a separação de processos.

Artigo 18.º**(Despacho liminar)**

1. Assim que seja recebida participação ou queixa, o CFD decide se deve ou não haver lugar a inquérito prévio ou a procedimento disciplinar.

2. Quando entenda que não há lugar a inquérito prévio ou a procedimento disciplinar, o CFD manda arquivar a participação ou queixa.

3. No caso contrário, em função das circunstâncias do caso, instaura inquérito prévio ou procedimento disciplinar.

Artigo 19.º**(Inquérito prévio)**

1. Caso seja necessário para fundamentar a nota de culpa, o CFD pode instaurar um inquérito prévio, no qual podem ser realizadas diligências instrutórias, com ou sem a participação ou audição do Sócio indiciado.

2. Em função das circunstâncias do caso, a instauração do inquérito prévio pode não ser comunicada ao Sócio indiciado.

3. O processo de inquérito prévio não obedece a nenhuma formalidade especial.

Artigo 20.º**(Suspensão preventiva)**

Com a instauração de inquérito prévio ou com a notificação da nota de culpa, o CFD pode suspender preventivamente o Sócio e impedir ou restringir o

acesso às instalações do SCP, desde que justifique, por escrito, que tendo em conta os indícios de factos imputáveis ao Sócio, a presença deste nas instalações do Clube se mostra inconveniente; caso o Sócio seja membro de um órgão social pode ainda o CFD suspendê-lo preventivamente do exercício de funções sociais e impedir ou restringir a sua presença nas instalações do Clube desde que a mesma se mostre inconveniente, nomeadamente, para a averiguação de tais factos.

Artigo 21.º**(Nota de culpa)**

1. Caso se verifique algum comportamento susceptível de constituir infracção disciplinar, o CFD comunica, por escrito, ao Sócio que a tenha praticado a nota de culpa com a descrição circunstanciada dos factos que lhe são imputados.

2. A nota de culpa deve conter os seguintes elementos:

- Identificação do Sócio
- A narração dos factos constitutivos das infracções disciplinares que lhe são imputadas;
- A indicação das disposições legais e regulamentares aplicáveis e, sendo caso disso, as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- As sanções abstratamente aplicáveis;
- A data e assinatura do instrutor.

Artigo 22.º**(Resposta à nota de culpa)**

1. O Sócio dispõe de 10 dias úteis a contar da notificação para consultar o processo e responder à nota de culpa, deduzindo por escrito os elementos que considera relevantes para esclarecer os factos

e a sua participação nos mesmos, podendo juntar documentos e solicitar as diligências probatórias que se mostrem pertinentes para o esclarecimento da verdade.

2. Em processos de especial complexidade, o CFD pode, a pedido fundamentado do Sócio, conceder um prazo adicional, que nunca deverá ultrapassar mais 10 dias úteis.

3. O Sócio pode constituir advogado ou ser auxiliado por perito, os quais ficam igualmente abrangidos pelos deveres de confidencialidade e de não reprodução dos documentos e informações que integrem os autos.

Artigo 23.º**(Instrução)**

1. O CFD, por si ou através de instrutor, deve realizar as diligências probatórias requeridas na resposta à nota de culpa, a menos que as considere patentemente dilatórias ou impertinentes, devendo neste caso alegá-lo fundamentadamente por escrito.

2. O CFD não é obrigado a proceder à audição de mais de duas testemunhas por cada facto descrito na nota de culpa ou na resposta à nota de culpa, nem mais de 8 testemunhas no total.

3. Compete ao Sócio assegurar a comparência das testemunhas que indicar na data designada para a sua inquirição, não sendo a sua falta motivo de adiamento da diligência.

4. A inquirição de testemunhas, salvo decisão em contrário do instrutor, faz-se na sede do SCP.

5. É da exclusiva responsabilidade do Sócio todas as despesas resultantes da produção de prova que requeira e, vindo a ser condenado, é também re-

sponsável pelas diligências probatórias suscitadas oficiosamente.

6. Oficiosamente, o CFD pode realizar diligências probatórias não requeridas pelo Sócio.

Artigo 24.º**(Confissão)**

1. O Sócio pode, em qualquer altura, proceder à confissão dos factos relativos à infracção em causa.

2. Em caso de confissão a decisão de condenação pode ser apenas sucintamente fundamentada, contendo somente a qualificação jurídica dos factos e a determinação da sanção aplicável.

Artigo 25.º**(Decisão)**

1. Após conclusão das diligências probatórias, o CFD elabora relatório final, o qual inclui as seguintes menções:

- a) Indicação dos factos considerados provados e não provados;
- b) Análise crítica das provas;
- c) Ponderação das circunstâncias do caso;
- d) Decisão final;
- e) Meios de reacção.

2. A decisão final pode fundamentar-se em factos não indicados na nota de culpa, desde que, durante o procedimento disciplinar, o Sócio possa ter podido exercer o direito ao contraditório.

3. O relatório final é notificado ao Sócio.

Artigo 26.º**(Entrada em vigor)**

O presente Regulamento Disciplinar, aprovado na Assembleia Geral de [17 de Fevereiro de 2018], entra imediatamente em vigor,

PORQUÊ ESPECULAR, QUANDO PODE SABER?

NOVO JORNAL SPORTING



A PARTIR DE

45€/ano

VERSÃO ONLINE

22€/ano

Ninguém sabe mais
de nós do que nós próprios

ASSINE JÁ!

WWW.SPORTING.PT/JORNALSPORTING